

Boletim de CONJUNTURA ECONÔMICA Maranhense



GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE DO IMESC

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Carlos Frederico Lago Burnett

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

André Luiz Lustosa de Oliveira

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DEPARTAMENTO DE CONJUNTURA ECONÔMICA E ESTUDOS SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E ESTUDOS POPULACIONAIS

Dionatan Silva Carvalho

COORDENAÇÃO

Felipe Macedo de Holanda

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva

Daniele de Fátima Amorim Silva

Dionatan Silva Carvalho

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Jainne Soares Coutinho

João Carlos Souza Marques

Marlana Portilho Rodrigues

Paulo Eduardo Robson

Talita de Sousa Nascimento

Colaboradores

Marcelo de Sousa Santos – SEPLAN

Frednan Bezerra dos Santos - SEFAZ

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Carol Ribeiro

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.
v.1 , n. 1 (jan./mar. 2017). – São Luís: IMESC, 2017.

Trimestral

50 p.

1. Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

Apresentação

Temos a grande honra de apresentar ao público a primeira edição do Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2017, referente ao primeiro trimestre do ano. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas para curto e médio prazos. A análise estrutura-se em três dimensões, tomando como base o panorama das economias internacional, nacional e, sobretudo, maranhense. O trabalho inicia com o aprofundamento do cenário da economia internacional, a partir da dinâmica das principais economias avançadas e emergentes. Na segunda parte, trata-se a conjuntura econômica nacional, através de indicadores de Nível de Atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio); Inadimplência; Política Monetária e Mercado Financeiro; Setor Externo e Comércio Exterior; Mercado de Trabalho (formal e informal) e; Finanças Públicas. Na parte final, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da economia maranhense. O Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado por meio de indicadores do PIB, Produção Agrícola, Sondagem Empresarial, Financiamento Imobiliário e do Volume de Vendas do Comércio. São analisadas, também, variáveis de endividamento e os principais investimentos anunciados e em andamento de iniciativa pública e privada. Além dessas informações, o Boletim contém análises relacionadas aos indicadores do Comércio Exterior, de Mercado de Trabalho (formal e informal) e das Finanças Públicas Estaduais. Com uma ampla base de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

Lista de Tabelas

Tabela 1. World Economic Outlook: Taxa de Crescimento Anual do PIB das Principais Economias Mundiais de 2011 a 2016, projeções de 2017-2018 (%) e diferença com último relatório (em p.p.).....	8
Tabela 2. Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso em Out/16 a Dez/16; 1° Tri a 4°Tri de 2016 e acumulado em 12 meses.....	10
Tabela 3. Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil (em %) - out a dez/2016	12
Tabela 4. Balanço de Pagamentos Brasileiro, Reservas internacionais e Transações Correntes em % do PIB de 2014 a 2016 (Valores em US\$ milhões e variação em %)	15
Tabela 5. Cotação internacional das principais commodities negociadas no Brasil e no Maranhão, médias anuais e mês de dezembro 2015-2016 e projeções para 2017 e 2018. (Valores em US\$).....	16
Tabela 6. Evolução da Corrente Comercial Brasileira de 2010-2017* (Val. em US\$ FOB mi. e Var. em %)....	17
Tabela 7. Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, registro anual 2015 a 2016, saldo em janeiro* de 2016 e 2017 e Variação Absoluta.....	19
Tabela 8. Resultado Primário do Governo Central*- 2015, 2016, jan/16 e jan/17, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões)	20
Tabela 9. Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA do Maranhão - 2016 e Jan/2017.....	23
Tabela 10. Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (R\$ Mi Inflac. IPCA), part. do NE e BR 2007 a 2017* e taxa de crescimento	24
Tabela 11. Investimentos Públicos e Privados em andamento e projetados para o Maranhão fev/17	27
Tabela 12. Investimentos Públicos e Privados para o Porto do Itaqui em 2017	28
Tabela 13. Empresas beneficiadas pelo programa mais avicultura no Maranhão.....	29
Tabela 14. Movimentação do Complexo Portuário Maranhense por Unidades da Federação de 2016* e 2017* (valores em US\$ milhões (FOB), Quantidade em 1000/ton. e Variação em %).....	32
Tabela 15. Evolução da Corrente de Comercio Maranhense de 2010-2017* (Valores em FOB US\$ milhões e Variação em %)	33
Tabela 16. Principais Produtos presentes na Pauta de Exportações Maranhenses de 2015 a 2017* (Valores em US\$ milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.)	33
Tabela 17. Pauta Anual das Importações maranhenses por Categoria de Uso de 2015 a 2017*, participação do total e variação (Valores em FOB US\$ milhões e Participação e Variação em %)	34
Tabela 18. Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2016 a 2017*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton. e Var (%)	34
Tabela 19. Estados do Nordeste: Geração de Emprego formal em 2015, 2016, saldo janeiro* 2016 e 2017; e variação absoluta	36
Tabela 20. Maranhão: Geração de emprego formal 2015 e 2016, segundo subsetores de atividade; Saldos anuais (2015 e 2016), Saldos mensais (2016 e 2017*) e Variação Absoluta	37
Tabela 21. Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação em 2016* (CAGED ajustado)	38
Tabela 22. Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2012 a 2016 no Maranhão, em mil pessoas, Variação Absoluta, Taxa de crescimento e participação (%).....	40
Tabela 23 - Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2012 a 2016*- MA e BR.....	41
Tabela 24. Receitas do Estado do Maranhão de 2015 a 2017* (Valores Constantes em R\$ Milhão).....	43
Tabela 25. Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica: valores em R\$ milhões, Part.%, crescimento e variação absoluta - 2015 e 2016	44
Tabela 26. Despesas por Grupos de Natureza a Valores Constantes (R\$ Mi) e Cresc. (%) - 2015 a 2017*	45

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Desempenho do PIB trimestral pela Ótica da oferta e da demanda em 2015 e 2016	9
Gráfico 2. Evolução do Índice de Confiança do Empresário Industrial, entre fev/10 e fev/17	11
Gráfico 3. Evolução do IPCA, preços livres e monitorados acumulados em 12 meses - fev/07 e fev/17	13
Gráfico 4. Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre abr/17 e out/20 em %. (dez/16 e jan. e fev/17)	14
Gráfico 5. Massa de rendimentos reais no Brasil* (R\$ em bilhões) e Taxa de desocupação (%), por trimestres móveis, de novembro de 2012 a janeiro de 2017	18
Gráfico 6. Resultado Setor Público Consolidado em % do PIB - 2002 a 2017	21
Gráfico 7. Dívidas Bruta e Líquida do Governo Central - em % do PIB - jan/02 a jan/17	22
Gráfico 8. Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão - Acumulado em 12 meses (em %) - dez/03 a dez /16	25
Gráfico 9. Percentual de Famílias Endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) - fev/13 a fev/17 - São Luís	26
Gráfico 10. Indústria de Transformação por Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE	29
Gráfico 11. PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2012 a 2017	30
Gráfico 12. Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2017	31
Gráfico 13. Municípios Maranhenses: maiores e menores saldos do emprego formal em janeiro* 2017	39
Gráfico 14. Brasil, Nordeste e Maranhão: taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2016, (em %)	40
Gráfico 15. Variação absoluta real ¹ da rubrica Aplicações Diretas das Outras Despesa Correntes (2016 - 2015) – R\$ Milhões	46
Gráfico 16. Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - Maranhão e limites pela LRF - 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/16	47
Gráfico 17. Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - Maranhão e limites pela LRF - 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/16	48
Gráfico 18. Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - UF's - 3º Quadri/15 ao 3º Quadri/16.....	48

Sumário

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1 CENÁRIO INTERNACIONAL	6
2 CENÁRIO NACIONAL	9
2.1 Nível de Atividades	9
2.1.1 Produto Interno Bruto	9
2.1.2 Produção Industrial	10
2.1.3 Comércio.....	11
2.1.4 Inflação	12
2.2 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	15
2.2.1 Balanço de Pagamentos	15
2.2.2 Commodities.....	16
2.2.3 Balança Comercial	17
2.3 Mercado de Trabalho	18
2.4 Finanças Públicas	20
3 CENÁRIO ESTADUAL	23
3.1 Nível de Atividades	23
3.1.1 Produção Agrícola.....	23
3.1.2 Financiamento Imobiliário.....	24
3.1.3 Comércio.....	25
3.1.4 Endividamento.....	25
3.1.5 Investimentos	26
3.1.5 Produto Interno Bruto	30
3.2 Comércio Exterior e Movimentação Portuária.....	32
3.2.1 Movimentação Portuária.....	32
3.2.2 Comércio Exterior	33
3.3 Mercado de Trabalho	36
Municipal	38
3.4 Finanças Públicas	42
3.4.1 Receitas Estaduais	42
3.4.2 Despesas Estaduais.....	45
3.4.3 Responsabilidade Fiscal	46

SUMÁRIO EXECUTIVO

Por Felipe de Holanda

A economia maranhense se encontra em um período de retomada da atividade econômica, ainda com desbalanceamentos setoriais e muitas incertezas vindas dos planos internacional e nacional. Sendo assim, é importante alinharmos os principais temas, naqueles dois planos, que podem influenciar a dinâmica da economia maranhense ao longo dos próximos meses.

No plano internacional, os temas críticos relacionam-se à evolução do chamado *Trumpnomics*, de um lado, e às tensões na União Europeia - UE, de outro. A adoção de medidas protecionistas nos EUA, em paralelo ao aumento de gastos em defesa e em obras de infraestrutura, ao corte de tributos de empresas e dos mais ricos, poderá gerar oportunidades para o Brasil, nos segmentos de aço, material de transportes e agronegócios, desde que não leve a uma guerra comercial com a China. A trajetória de alta de juros nos EUA, inevitável diante das políticas expansionistas em andamento, só afetará o equilíbrio externo brasileiro se vier junto quebra de confiança no front doméstico, a partir da Operação Lava Jato. No caso da UE, deve-se prestar atenção nos condicionamentos recíprocos entre o *Brexit* (se e como o Reino Unido sairá do Mercado Comum Europeu) e os resultados das eleições gerais na França e na Alemanha (avanço da extrema-direita e saída da França da UE, a partir da improvável, ainda que possível, vitória de Le Pen).

No nível nacional, as atenções estarão voltadas nos próximos meses para três temas principais: em primeiro lugar, os desdobramentos da Operação Lava Jato – se e em que medida a divulgação das delações dos executivos da Odebrecht e abertura de inquérito contra vários ministros do Governo Temer e a cúpula do Congresso Nacional poderão levar à paralização da agenda econômica do Governo. Será testada a até aqui reconhecida capacidade de coordenação do Governo sobre a ampla base de apoio no Congresso, assim como seus recentes movimentos de blindagem no Judiciário. Os dois outros temas são a capacidade do Governo Temer em aprovar no Congresso o núcleo duro da reforma da Previdência (elevação da idade mínima de aposentadoria, ainda que atenuada) e o avanço na agenda de concessões nas áreas de transportes e (talvez) saneamento. Sucesso nestes dois últimos temas, poderá disparar uma enxurrada de dólares para o Brasil, com impactos na valorização adicional do Real e das ações.

Os indicadores da indústria em nível nacional mostraram arrefecimento da queda no último trimestre de 2016 e retomada em quase todos os grupamentos de atividades em janeiro. A forte queda na inflação, possibilitada pela melhoria climática e pela finalização do ajuste tarifário, descortina um cenário de rápida queda dos juros básicos, que poderão encerrar o ano próximos a 9,0% a.a., com uma sensível melhora nas condições gerais de crédito. Os dados do mercado de trabalho formal registram queda nas demissões há quatro meses e indicam possível estabilização no início do segundo semestre.

Neste cenário, a economia maranhense registra retomada de atividades em 2017, por enquanto concentrada principalmente na produção agrícola, que deverá registrar safra recorde de grãos em 2017, assim como em alguns ramos da produção industrial, com destaque para os segmentos da agroindústria, produtos químicos e metalúrgicos. A recente reação nos preços das commodities metálicas poderá ter impactos na atividade econômica do Estado. Há sinais de que os segmentos de pelotização da Vale e de produção de alumínio na Alumar (parcialmente) poderão ser reativados neste ano, com impactos importantes no emprego formal na Ilha do Maranhão. Contudo, o subsetor da construção civil (detentor do maior peso na indústria maranhense) continua com enorme capacidade ociosa, diante do quadro de paralisação de várias obras federais e da difícil situação do segmento imobiliário no Estado. A retomada do emprego dependerá em grande medida da evolução das condições de crédito e também dos impactos do conjunto de investimentos em andamento no Estado, com destaque para o setor logístico (terminais portuários, tancagem, ferrovias), energético (eólica e gás natural) e papel e celulose, além das obras do Governo do Estado, com destaque para os segmentos de infraestrutura de transporte (rodovias, mobilidade urbana), saúde, educação e saneamento.

1 CENÁRIO INTERNACIONAL

A economia mundial em 2017 será fortemente influenciada pela capacidade de articulação política do presidente americano, Donald Trump, em executar sua agenda eleitoral, especialmente no que se refere às medidas protecionistas e aos estímulos fiscais, seja por via dos cortes de impostos sobre empresas e maiores rendimentos de pessoas físicas ou também por via do aumento de gastos em defesa e infraestrutura econômica. Outros temas de destaque para a economia mundial deste ano relacionam-se à condução da saída do Reino Unido do Mercado Comum Europeu - se ocorrerá da forma *hard* ou *soft*, além do resultado das eleições parlamentares em vários países europeus, com destaque para a França e Alemanha.

Mudanças nos Estados Unidos e seus possíveis impactos

O protecionismo de Trump deriva de sua visão de que os problemas da classe média trabalhadora do país têm origem na importação de produtos produzidos em países de renda mais baixa, com destaque para a China e o México.

Deste modo, o governo americano visa estimular as empresas americanas instaladas dentro do país, além de atrair empreendimentos e penalizar empresas americanas que se instalam em outros países. Não obstante, Trump acredita que alguns acordos multilaterais sejam danosos aos Estados Unidos, por isso barrou o TPP¹ e visa renegociar o NAFTA².

- O encerramento do TPP deverá ter impactos negativos sobre o nível de atividade nos países latinos integrantes do plano, tais como o México, Peru e Chile. Contudo, não se espera impactos drásticos ou conflitos na economia no curto prazo.
- Outro aspecto refere-se ao fato dos Estados Unidos possuírem acordos bilaterais com estes países e com outros integrantes do TPP, acordos que já estão em execução e ainda não foram ameaçados pelo presidente. Além disso, Trump deixou claro interesse em entrar em acordos bilaterais com outros países, inclusive o Japão.
- O impacto das medidas protecionistas de Trump sobre o México é devastador, considerando-se que a economia mexicana foi a segunda maior parceira comercial dos EUA em 2016. Há que se considerar, contudo, que empresas americanas instaladas no México respondem por expressiva geração de empregos, sobretudo nas zonas maquiladoras (próximo à fronteira com os EUA) e que a indústria mexicana importa quantidades apreciáveis de manufaturados norte-americanos.
- Na China, o protecionismo americano via imposição de tarifas a produtos chineses importados pelos EUA é possível, desde que dentro das regras da Organização Mundial de Comércio - OMC, pois acima destes patamares, encerra a liberdade do poder Executivo americano agir sem aprovação do Congresso. Nesse caso, os produtos importados que poderão sofrer maior impacto são os têxteis e equipamentos eletrônicos.
- A China possui a maior quantidade de empresas americanas instaladas fora do país e é a maior vendedora de produtos para o mercado americano, que representa cerca de 40% das exportações chinesas, enquanto o mercado chinês responde por apenas 8% das exportações do Estados Unidos.
- Penalizar as exportações chinesas enquanto estiverem dentro das regras da OMC não deve gerar grandes retaliações por parte da China, que detém mais de US\$ 1 trilhão em títulos do tesouro americano³.

¹ *Trans-Pacific Partnership* - Parceria Transpacífico, acordo de livre-comércio que englobando 12 países: Estados Unidos, Austrália, Canadá, Cingapura, México, Peru, Chile, Japão, Brunei, Vietnã, Malásia e Nova Zelândia.

² *North America Free Trade Agreement* - Tratado Norte Americano de Livre Comércio

³ Dados de dezembro de 2016, divulgados pelo *Department of the Treasury* em fevereiro de 2017.

- Especulações relacionadas aos impactos das medidas protecionistas nos EUA sobre a economia chinesa vem levando a ajustes para baixo nas cotações futuras das *commodities*, sobretudo, as *commodities* metálicas. Contudo, a aceleração do crescimento econômico dos Estados Unidos com as medidas de Trump deverão trazer benefícios ao mercado de *commodities* metálicas, possibilitando patamares ainda superiores à média de 2016.

Deste modo, nas economias emergentes, o crescimento dos Estados Unidos tem duplo efeito:

- Positivos: aumento da demanda global de *commodities* metálicas e energéticas que favorece os preços dos principais produtos destes países; fortalecimento do Dólar, que reduz os gastos no exterior e beneficia a indústria exportadora.
- Negativos: migração do fluxo de capitais e do Investimento Estrangeiro no País (destino) para a economia americana, que apresenta maior rentabilidade e segurança, com impactos negativos sobre os investimentos de financiamento externo de países como o Brasil, Rússia e México.
- No Brasil, a possibilidade de elevação da taxa básica de juros dos Estados Unidos é um risco ainda maior ao país, pois além da possibilidade de deterioração das contas externas do Balanço de Pagamentos, reduzindo o influxo de capitais, elevar os juros nacional, como resposta, seria danoso ao processo de retomada da economia, estabilização das contas públicas e estaria contra as atuais medidas do governo.

Um espectro ronda a Europa, o espectro do Euroceticismo

Neste ano será definido como ocorrerá o processo de saída do Reino Unido da União Europeia - UE, ou seja, se o processo se dará de forma “*hard*” (com saída do mercado comum e grande impacto negativo no nível de atividades), ou “*soft*” (permanecendo no Mercado Comum Europeu). A definição do caminho a ser seguido ainda será regulamentada pelo Legislativo britânico e o resultado dependerá do maior ou menor avanço do euroceticismo no continente - particularmente a partir das eleições legislativas na França e na Alemanha.

- Por outro lado, caso o cenário mais *hard* se confirme no Reino Unido, levando a fortes perdas comerciais e redução na atividade econômica, o *brexit* pode desestimular a saída dos demais países da União Europeia. Sendo assim, o *brexit* pode ser visto como um “teste” em que os resultados podem servir de estímulo ou não para outros “*exits*”.
- Um eventual “*Frexit*” - saída da França da União Europeia teria um impacto devastador sobre a UE (embora não necessariamente tivesse o poder de encerrá-la), mas é verdade que somente teria chances de ocorrer com uma eventual vitória eleitoral da candidata de direita Marine Len Pen, o que parece pouco provável (embora pouco provável também fosse o *brexit* ou a vitória de Donald Trump nos EUA).
- Como apontado pelo economista norte-americano Paul Krugman, o livre comércio e a globalização trazem benefícios assimétricos, ocasionando, na verdade, impactos regressivos sobre amplos setores da classe média dos países mais avançados. Esta classe média se viu nos últimos anos com deficit de representação política e, sobretudo, tecnocrática, nas instâncias multilaterais, a exemplo da institucionalidade europeia e da OMC, entre outros.
- Não obstante as grandes incertezas que se colocam no cenário econômico mundial, no curto prazo, as expectativas estão sendo influenciadas pelas medidas expansionistas que Donald Trump deve colocar em prática nos EUA. Assim sendo, as projeções do *World Economic Outlook* para 2017 contém aceleração das atividades (+3,4%, contra provável +3,1% em 2016), com aceleração da economia dos Estados Unidos em +2,3% (+0.7 p.p.), modesto crescimento do PIB na Rússia (1,1%) e no Brasil (0,2%) e manutenção da atividade econômica na China (+6,5%).

Para 2018, o crescimento dependerá, sobretudo, dos impactos da discussão acima, mas espera-se que os efeitos do *brexit* sejam leves e benéficos no longo prazo, por isso as projeções ainda são positivas e com maior crescimento (+0.2 p.p.) em relação a 2017 (Tabela 1).

Tabela 1. World Economic Outlook: Taxa de Crescimento Anual do PIB das Principais Economias Mundiais de 2011 a 2016, projeções de 2017-2018 (%) e diferença com último relatório (em p.p.)

Países e Regiões Selecionados	Ano a ano (%)						
	Anos (estimativas)					Projeções Janeiro 2017	
	2011	2012	2014	2015	2016	2017	2018
PIB Mundial	3,9	3,2	3,4	3,2	3,1	3,4	3,6
Economias avançadas	1,6	1,2	1,9	2,1	1,6	1,9	2,0
Estados Unidos	1,7	2,2	2,4	2,6	1,6	2,3	2,5
Zona do Euro	1,4	-0,6	0,9	2,0	1,7	1,6	1,6
Alemanha	3,1	0,9	1,6	1,5	1,7	1,5	1,5
França	1,7	0,0	0,6	1,3	1,3	1,3	1,6
Itália	0,4	-2,4	-0,3	0,7	0,9	0,7	0,8
Espanha	0,7	-1,4	1,4	3,2	3,2	2,3	2,1
Japão	-0,7	2,0	0,0	1,2	0,9	0,8	0,5
Inglaterra	0,7	0,2	3,1	2,2	2,0	1,5	1,4
Canadá	2,5	1,8	2,5	0,9	1,3	1,9	2,0
Economias emergentes	6,2	5,1	4,6	4,1	4,1	4,5	4,8
Rússia	4,3	3,4	0,7	-3,7	-0,6	1,1	1,2
China	9,2	7,8	7,3	6,9	6,7	6,5	6,0
Índia	7,2	4,0	7,2	7,6	6,6	7,2	7,7
América Latina e Caribe	4,5	6,1	1,3	0,1	-0,7	1,2	2,1
Brasil	2,7	0,9	0,1	-3,8	-3,5	0,2	1,5
México	4,0	3,9	2,2	2,6	2,2	1,7	2,0

Na Zona do Euro e no Japão, as políticas monetárias expansionistas favoreceram o crescimento em 2016. Contudo, para o ano corrente, na Zona do Euro as compras de títulos públicos deverão reduzir em 20 bilhões de Euros por mês. Porém, a economia deve crescer lentamente, apesar da inflação ainda encontrar-se abaixo da meta. Já na economia japonesa, a política monetária expansionista deverá continuar, contudo, as projeções esperam resultado cada vez menor no crescimento da economia do país.

Fonte: FMI/IMF - World Economic Outlook

América Latina sofre com falta de políticas econômicas eficazes na última década e mau direcionamento dos recursos e investimentos

- Na América Latina, o ano de 2016 encerrou pior do que o esperado pelo mercado, puxados para baixo não somente pelo decréscimo da economia brasileira, que tem maior peso na região, como também por problemas econômicos na Venezuela e Argentina.
- Na Argentina, os problemas que tiveram início desde 2001 e não foram resolvidos completamente pela política econômica desencadearam na crise atual que desaguou na forte desvalorização do Peso argentino, inflação acima de 40%, queda do *rating* de investimentos e fortes protestos.
- Em 2016 a economia venezuelana registrou o terceiro ano consecutivo de recessão e deve continuar em negativo até 2019. Um dos principais fatores para a crise econômica foi a baixa taxa de investimento do país em setores estratégicos justo no momento em que os preços do petróleo estavam elevados⁴ que inflexionaram negativamente em 2014. Com o principal produto em crise, a Venezuela, que depende da importação de inúmeros produtos, inclusive alimentos, sofreu forte desvalorização cambial. Como consequência, os preços internos dispararam, e essa inflação pode subir até 475% em 2017. O país não possui recursos para pagar as dívidas internas e externas, os empréstimos de países aliados também cessaram e a população está à beira de iniciar uma guerra civil, pois faltam recursos básicos, como alimentos e atendimento hospitalar.

⁴ O produto representa 95% do valor das exportações venezuelanas.

2 CENÁRIO NACIONAL

2.1 Nível de Atividades

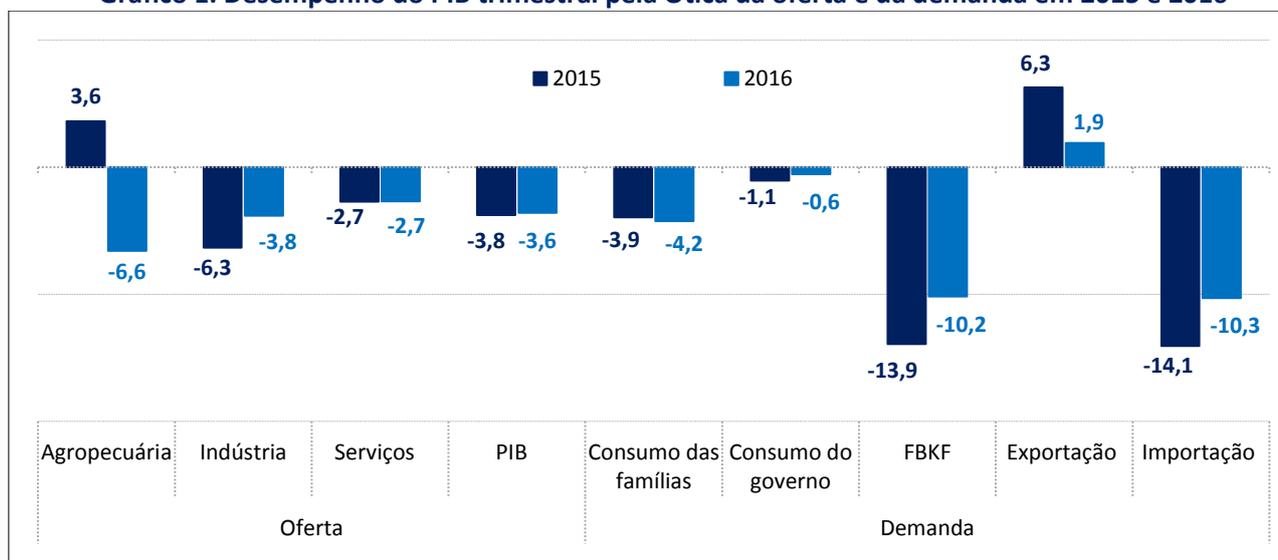
2.1.1 Produto Interno Bruto

PIB registra queda de 3,6% em 2016 e recuperação dependerá, de um lado, da recuperação da taxa de investimentos via concessões e, de outro, da resolução dos problemas políticos em torno da Lava Jato

O produto Interno Bruto brasileiro, de acordo com os dados das Contas Trimestrais do IBGE, encerrou o ano de 2016 com queda de 3,6% em relação ao ano de 2015, no qual o recuo foi de 3,8%, somando retração de 7,2% no período em análise. O resultado do trimestre ficou abaixo das estimativas do conjunto de instituições reunidas pelo Relatório Focus, visto que o quarto trimestre foi pior do que o esperado, com recuo de 0,9%. A melhora das expectativas da indústria e do consumidor ao longo do segundo semestre não se traduziram em retomada do crescimento. Com o esgotamento via consumo, acredita-se que a queda da taxa de juros e a melhoria do balanço financeiro das empresas, ao lado das concessões do governo federal, possa se traduzir em retomada da taxa de investimentos.

- No ano de 2016, o PIB alcançou R\$ 6,3 trilhões e o PIB *per capita*, R\$ 30,4 mil, recuo de 4,4% contra o ano anterior, evidenciando deterioração mais intensa no nível de renda da população. Quando se compara o acumulado de 2015 e 2016, a queda do PIB *per capita* foi mais acentuada do que a queda da demanda agregada, recuando 8,9%.
- Pela Ótica da Oferta, todos os setores apresentaram resultado negativo. A Agropecuária registrou queda de 6,6%, carregando os impactos da quebra da Safra do referido ano. Na Indústria, as contribuições mais acentuadas advieram da *Indústria de Transformação*, dada a contração acentuada da produção diante dos elevados estoques e da deterioração das expectativas; e da *Construção Civil*, evidenciando a crise imobiliária e a paralisação das obras de infraestrutura. Por fim, o desempenho dos Serviços refletiu diretamente a baixa absorção doméstica diante da elevada taxa de desemprego e queda do rendimento real, levando à postergação do consumo privado.

Gráfico 1. Desempenho do PIB trimestral pela Ótica da oferta e da demanda em 2015 e 2016



Fonte: IBGE

- Pela Ótica da Demanda, a contração foi observada, sobretudo, na Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) e no Consumo das Famílias. Esta última vem sendo afetada desde o ano de 2015 pelo recuo da massa salarial e pela queda real do crédito para pessoas físicas, assim como manutenção dos juros na casa de

dois dígitos. No mesmo sentido, a FBKF somou o terceiro ano de queda, evidenciando a queda da produção industrial, recuo da importação de bens de capital e crise da construção civil.

As perspectivas para o crescimento econômico em 2017 ainda se mantêm em patamar próximo de 0,5%, enquanto que para 2018, o Relatório Focus, do dia 10 de março de 2017, aponta 2,4%. A despeito dessas expectativas, o cenário político continua conturbado e, dependendo dos seus desdobramentos, os efeitos sobre a economia poderão ser negativos. Ainda não se tem mensuração exata dos impactos das delações sobre o Governo, que conta com a base aliada para aprovação de Reformas consideradas essenciais, a exemplo da Reforma da Previdência. Estima-se, por outro lado, que a não assinatura de acordos de leniência com as grandes empreiteiras, como consequência da falta de insegurança jurídica, assim como as revisões nos planos de investimentos da Petrobras, deverão gerar um passivo de aproximadamente 2,5% do PIB até 2019. Dessa maneira, o programa de concessões, por meio do Programa de Investimentos em Logística - PIL, pode ter um peso significativo na retomada dos investimentos.

2.1.2 Produção Industrial

Contração da demanda interna leva produção industrial a tombo de 6,6% em 2016 pelo terceiro ano consecutivo

Em 2016, o indicador mensal de produção física industrial do IBGE registrou retração de 6,6% em relação a 2015, acumulando o terceiro ano consecutivo de queda, explicada pela recessão doméstica e pelas fracas expectativas empresariais. Com isso, todas as Categorias de Uso registraram recuo no período assinalado e aproximadamente 73% dos produtos pesquisados acompanharam a mesma tendência.

- Os bens de consumo duráveis foram pressionados pela contração na produção de fabricação de equipamentos *de transporte não industrial e automóveis para passageiros*. No caso dos Bens de Capital, o maior impacto adveio da redução do *equipamento de transporte industrial*.
- Em dezembro, a abertura por atividade mostrou que 16 das 24 atividades apresentaram resultado positivo, aumentando o índice de difusão da atividade para 54,4%, o que significa dizer que os ajustes negativos na produção industrial podem já estar se aproximando do fim, se for analisada a tendência da produção anual desde o mês de março, quando apontava queda de 9,6%.

Tabela 2. Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso em Out/16 a Dez/16; 1° Tri a 4°Tri de 2016 e acumulado em 12 meses

Categoria de Uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			Contra o Tri anterior				12 meses
	out/16	nov/16	dez/16	1° Tri	2° Tri	3° Tri	4° Tri	
GERAL	-1,1	0,4	2,3	-2,4	1,3	-0,7	-0,7	-6,6
Bens de Capital	-1,3	3,9	-3,2	-3,2	8,4	-0,1	-1,6	-11,1
Bens Intermediários	-1,8	0,7	1,4	-1,5	0,2	0,1	-1,5	-6,3
Bens de Consumo	-0,2	0,2	1,8	-2,3	0,5	-1,7	-0,1	-5,9
Bens de Consumo Duráveis	-0,5	4,3	6,5	-3,2	-1,5	2,9	3,8	-14,7
Semiduráveis e Não Duráveis	-0,9	-0,6	4,1	-0,2	-1,2	-3,1	-0,9	-3,7

Fonte: IBGE

- Ainda na comparação mensal, três das quatro grandes categorias econômicas, registraram alta contra o mês anterior, com ajuste sazonal, destacando-se a produção de Bens de Consumo Duráveis (+6,5%), seguida pelos Bens de Consumo Semiduráveis (+4,1%), o que reflete o crescimento da *produção de veículos automotores* e de *vestuários* no período, respectivamente. Por outro lado, a queda na produção de Bens de Capital (-3,2%) pode ser creditada ao encolhimento da atividade de *bens de capital para equipamento de transporte*. Contra dezembro de 2015, a produção ficou estável.

- A expansão de 2,7% registrada nos meses de novembro e dezembro (dados ajustados sazonalmente) não foi suficiente para reverter o resultado do quarto trimestre do ano, que encerrou com queda de 0,7% contra o trimestre imediatamente anterior **Tabela 2**.

Após ter se situado por mais de 30 meses no patamar pessimista (abaixo de 50 pontos), o nível de 53 pontos alcançados em fevereiro é um indicador de que o processo de retomada, apesar de lento, já está em curso. O pacote de concessões em infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias e aeroportos), ao lado da política monetária expansionista em andamento deverão contribuir para a retomada da produção industrial. O cenário político, com a divulgação das delações dos executivos da Odebrecht e os atritos na base de sustentação do Governo no Congresso podem jogar contra.

Gráfico 2. Evolução do Índice de Confiança do Empresário Industrial, entre fev/10 e fev/17



Fonte: CNI *média histórica referente ao período de fev/10 a fev/17

Ainda assim, as perspectivas para a indústria apontam crescimento de apenas 1,0% em 2017. Isso porque a demanda contraída mantém a ociosidade do parque produtivo elevada e a situação financeira debilitada das indústrias, ao lado do difícil acesso a crédito, estão travando os investimentos. Na frente positiva, a evolução dos estoques abaixo do planejado abrem espaço para a retomada da produção industrial.

2.1.3 Comércio

Em dezembro de 2016, o volume de vendas do comércio varejista brasileiro recua 2,1% e fecha o ano em -6,2%, a maior retração anual da série histórica desde 2001

O volume de vendas físicas do Comércio Varejista Restrito acumulou queda de 6,2% em 2016, o pior resultado desde o início da série histórica em 2001 (**Tabela 3**).

- O desempenho do comércio varejista foi acompanhado por quedas acentuadas de alguns setores: *móveis e eletrodomésticos* (-12,6%); *tecidos, vestuário e calçados* (-10,9%); *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-9,5%); *combustíveis e lubrificantes* (-9,2%); *equipamentos e material de escritório, informática e comunicação* (-12,3%) e *livros, jornais, revistas e papelaria* (-16,1%).
- Já o setor de *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-3,1%) apresentou o recuo mais acentuado desde 2003 (-4,8%), exercendo a maior influência negativa na redução do total do varejo. O principal fator responsável pelo resultado negativo do setor foi a perda da renda real.

- Em relação ao mês anterior, as vendas do varejo registraram variação negativa de 2,1%, e quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apresentaram queda de 4,9%, o vigésimo primeiro mês consecutivo com taxa negativa.

No Varejo Ampliado, que agrega também as vendas de *veículos, motos, partes e peças* e de *material de construção*, o volume de vendas apresentou queda de 0,1% na base mensal. Contra 2015, o volume de vendas apresentou resultados negativos em relação a dezembro (-6,7%).

- No acumulado do ano, o varejo ampliado obteve recuo de -8,7%, queda mais acentuada da série histórica, influenciado, sobretudo, pelo comportamento das vendas de *veículos, motos, partes e peças* (-14,0%) e de *material de construção* (-10,7%).
- Esse desempenho é resultado da diminuição da concessão de financiamentos, o patamar ainda elevado da taxa de juros, a restrição orçamentária das famílias e a continuidade da deterioração do mercado de trabalho.

Tabela 3. Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil (em %) - out a dez/2016

Atividades	Variação Mensal % (*)			dez/16 (**)	12 meses %
	out/16	nov/16	dez/16		
Comércio Varejista Restrito	-0,4	1,0	-2,1	-4,9	-6,2
Combustíveis e lubrificantes	-1,4	-0,2	2,1	-5,5	-9,2
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	-0,6	1,0	-3,0	-2,9	-3,1
Tecidos, vestuário e calçados	0,4	-1,5	0,1	-8,8	-10,9
Móveis e eletrodomésticos	0,2	2,0	-2,5	-8,9	-12,6
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	-0,2	0,2	0,1	-5,6	-2,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,7	-0,3	-1,1	-12,5	-16,1
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	-0,4	5,3	1,9	-1,2	-12,3
Outros art. uso pessoal e doméstico	1,1	4,3	-3,9	-4,8	-9,5
Comércio Varejista Ampliado	-0,4	0,2	-0,1	-6,7	-8,7
Veículos, motocicletas, partes e peças	-0,4	-1,3	1,8	-13,5	-14,0
Material de construção	-5,4	7,7	2,1	-1,6	-10,7

Fonte: IBGE (*) com ajuste sazonal (**) contra o mesmo período do ano anterior

Por fim, o setor varejista do país vem sofrendo com a recessão econômica, manifestada pela queda da confiança e pela deterioração do mercado de trabalho. Para 2017, por outro lado, a expectativa é que ocorra um ritmo menos acentuado de queda no volume de vendas, principalmente nos setores mais dependentes da evolução mais favorável dos níveis gerais de preços, conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC.

2.1.4 Inflação

O IPCA ficou em 6,29% em 2016, a menor taxa em três anos

O resultado é inferior ao registrado em 2015, de 10,67%, a maior alta em 13 anos. A queda do IPCA foi além das expectativas, com o índice encerrando 2016 abaixo do teto do intervalo do sistema de metas de inflação.

- A desinflação dos alimentos e a mudança para a bandeira tarifária verde nas contas de energia elétrica, que no primeiro trimestre de 2015 tiveram reajuste de 36%, ajudaram a conter a inflação.

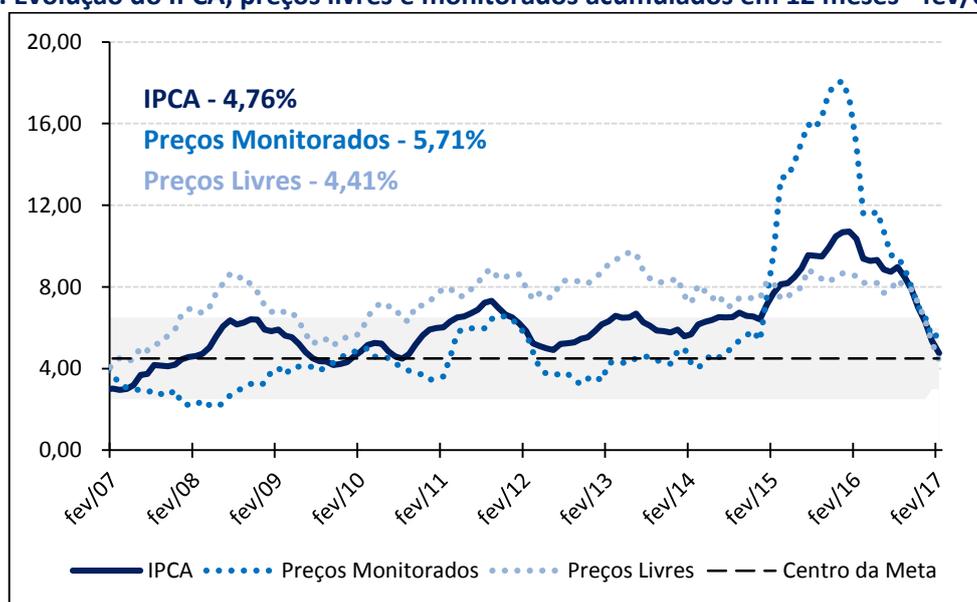
- O Boletim Regional do Banco Central⁵ afirma que a atividade estava abaixo das expectativas “no último trimestre de 2016”. Dentre os fatores que justificam a recessão, estão o efeito da estiagem sobre a agricultura e os desafios fiscais nas esferas governamentais.
- O BC ainda afirma que na esfera fiscal, mesmo que os passos iniciais das reformas tenham sido tomados, “o processo de ajuste das contas públicas é longo e envolve incertezas”, portanto, é necessário a reorganização das receitas governamentais: “fator benéfico à recuperação da economia no médio e no longo prazo, contribuindo para a retomada do círculo virtuoso de crescimento”.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2017, o IPCA ficou em 0,71%, percentual bem abaixo dos 2,18% referentes a igual período de 2016, a tendência continua sendo de queda nos preços

No acumulado dos últimos 12 meses, o índice caiu para 4,76% em fevereiro deste ano, já bem próximo do centro da meta, enquanto havia registrado 5,35% nos 12 meses imediatamente anteriores. A melhora da safra, mais do que a queda da demanda - provocada principalmente pelo mau momento do mercado de trabalho -, levou a deflação do grupo de alimentos e bebidas.

- O IPCA subiu 0,38% em janeiro, a menor taxa para o mês desde o início do Plano Real. Esse cenário é explicado pela reposição dos estoques de grãos, desinflação dos produtos *in natura* e pelo recuo da inflação de serviços em 12 meses: de 6,48% em dezembro de 2016 para 6,17% em janeiro de 2017.
- Outra boa notícia é o constante enfraquecimento do índice de difusão: a proporção dos itens do IPCA com reajuste para cima em fevereiro de 2017 ficou em 50,9%, menor do que o registrado em janeiro do mesmo ano (63,27%), que já vinha em queda.

Gráfico 3. Evolução do IPCA, preços livres e monitorados acumulados em 12 meses - fev/07 e fev/17



Fonte: IBGE; BCB

- A principal influência negativa para fevereiro de 2017 veio do grupo educação, com alta de 5,04% e impacto de 0,23 p. p., respondendo por 70% do IPCA do mês. Esse avanço reflete a sazonalidade desse grupo devido os reajustes praticados no início do ano letivo, em especial os aumentos nas mensalidades dos cursos regulares.

⁵ <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/01/br201701P.pdf> <acesso em 13/02/2017>

- Por outro lado, o grupo alimentação e bebidas saiu de alta de 0,35% em janeiro de 2017 para deflação de 0,45% em fevereiro de 2017 e retirou 0,11 p. p. do IPCA. Este é o menor resultado desde julho de 2010, quando os preços dos alimentos tiveram queda de 0,76%. Considerando apenas os meses de fevereiro, esta é a maior queda desde o início do Plano Real, em 1994.

Em fevereiro o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 12,25% a. a.

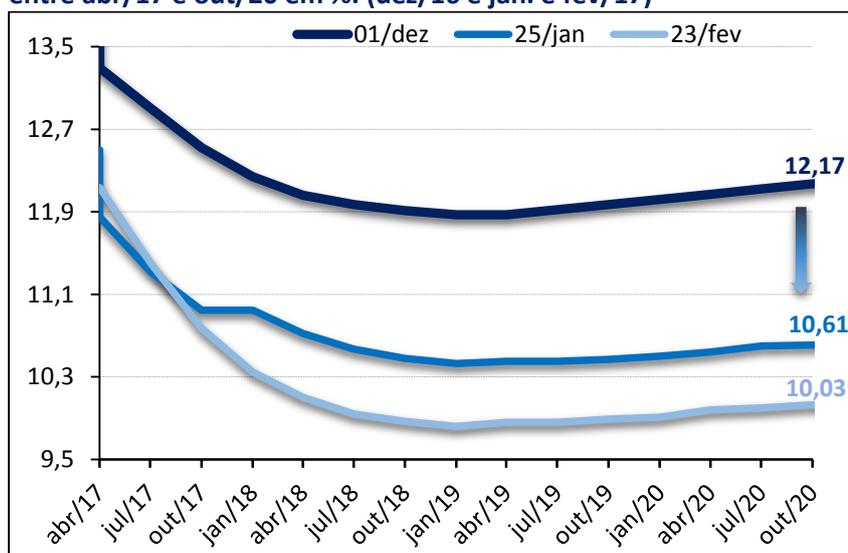
De acordo com o comunicado da decisão⁶, o BC melhorou a avaliação sobre a atividade: “estabilização da economia no curto prazo” e “retomada gradual da atividade econômica ao longo de 2017”.

- No setor externo o panorama é incerto, mas o impacto positivo nos preços de *commodities* mitigaram os efeitos sobre o Brasil de revisões de política econômica em economias centrais.
- A Nota do Comitê de Política Monetária – COPOM aponta que o cenário para a inflação envolve fatores de risco: 1) incerteza no cenário externo; 2) desinflação dos alimentos pode ter efeito em outros setores; e 3) recuperação da economia pode ser mais (ou menos) demorada e gradual do que a antecipada.
- O Comitê ressaltou a importância da implementação das reformas e ajustes na economia para a sustentabilidade da desinflação e para a redução de sua taxa de juros estrutural. A limitação dos gastos públicos e a correção da política de crédito subsidiado são elementos que tornam esse juro mais baixo. Isso permitirá que o crédito seja retomado, empregos sejam criados e o crescimento retorne, com implicações diretas sobre as contas públicas e sobre a arrecadação.
- As expectativas apontam inflação de 4,19% em 2017 e de 4,5% em 2018. Cenário que sugere trajetória de juros de 9,0% e 8,75% ao final de 2017 e 2018, respectivamente.

Juros futuros recuam após corte de 0,75 pontos percentuais na taxa básica de juros

Devido ao cenário favorável no tocante à convergência da inflação para o centro da meta de 4,5% ao ano, em 2017, a perspectiva embutida na taxa média *DI x Pré* ao longo das semanas recentes é de queda acelerada nos juros futuros de curto prazo, principalmente nos dois primeiros anos da série, verificada entre abril de 2017 e outubro de 2018 (Gráfico 4).

Gráfico 4. Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre abr/17 e out/20 em %. (dez/16 e jan. e fev/17)



Sem surpresas, o Banco Central resolveu baixar a taxa Selic para 12,25% a.a., menor taxa desde os primeiros meses de 2015, quando estava fixada em 11,75% a.a. Juros baixos reduzem os custos do crédito, o que é crucial para a retomada do crescimento econômico. No entanto, deve-se considerar que essa retomada deverá ser gradual e poderá refletir a possibilidade de um corte maior nos juros nos próximos meses.

Fonte: Advanced Financial Network – ADVFN/BM&F BOVESPA

⁶ <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/COPOMCOMUNICADOS/16088> <acesso em 23/02/2017>

O processo recente de desinflação deu maior flexibilidade na condução da política monetária por parte do Banco Central. Isso contribuiu para que o mesmo reduzisse a taxa básica de juros em 0,75 pontos percentuais na última reunião do Copom em fevereiro. É o quarto corte na Selic em 5 meses, fato que teve início em outubro do ano passado.

2.2 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

2.2.1 Balanço de Pagamentos

Superavit na Balança Comercial Brasileira foi crucial para enfrentar deficit em Transações Correntes

No Balanço de Pagamentos do Brasil, o saldo em Transações Correntes de 2016 encerrou o ano com deficit de US\$ 23,7 bilhões, melhora de 59,8% em relação ao deficit de US\$ 58,9 bilhões registrado em 2015. Deste modo, a relação TC/PIB caiu para patamares sustentáveis distantes da ameaça de risco dos 3% do ano anterior para 2,4%, mesmo com uma base menor do Produto Interno Bruto que registrou queda em 2016 (**Tabela 4**).

- A melhora significativa decorreu sobretudo do saldo positivo na Balança Comercial de Bens, que somou US\$ 45 bilhões (+154,8%), inclusive servindo para cobrir em US\$ 14,6 bilhões o tradicional deficit na conta de Serviços que somou US\$ 30,5 bilhões em 2016. Este crescimento foi favorecido pela alta das *commodities* agrícolas e minerais e pela depreciação do petróleo.

Tabela 4. Balanço de Pagamentos Brasileiros, Reservas internacionais e Transações Correntes em % do PIB de 2014 a 2016 (Valores em US\$ milhões e variação em %)

Discriminação	2014	2015	Var. % 15/14	2015*	2016*	Var. % 16/15
TRANSAÇÕES CORRENTES	-104.181	-58.882	43,5	-58.882	-23.681	59,8
Balança Comercial (Bens e Serviços)	-54.736	-19.249	64,8	-19.249	14.569	175,7
Balança Comercial - Bens	-6.629	17.670	366,5	17.670	45.025	154,8
Balança Comercial - Serviços	-48.107	-36.919	23,3	-36.919	-30.456	17,5
Renda Primária	-52.170	-42.357	18,8	-42.357	-41.237	2,6
Rendas Secundária	2.725	2.724	0,0	2.724	2.986	9,6
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-100.367	-54.294	45,9	-54.294	-17.182	68,4
Conta Capital	231	440	90,2	440	248	-43,6
Conta Financeira	-100.599	-54.734	45,6	-54.734	-17.430	68,2
Investimento Direto (IDE-IDP)	-70.855	-61.576	13,1	-61.576	-71.148	15,5
Investimento Direto no Exterior	26.040	13.498	-48,2	13.498	7.748	-42,6
Investimento Direto no País	96.895	75.075	-22,5	75.075	78.896	5,1
Investimento em Carteira	-38.708	-22.047	43,0	-22.047	19.120	186,7
Outros Investimentos	-3.436	23.871	794,7	23.871	26.635	11,6
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-4,4	-3,2	28,0	-3,2	-2,4	24,5
RESERVAS INTERNACIONAIS	363.551	356.464	-1,9	356.464	365.016	2,4

Fonte: Bacen

- Contudo, deve-se destacar que houve redução da Conta Financeira em 68,4%, que também serve para financiar as contas internacionais do país. A queda expressiva ocorreu via Investimentos em Carteira, com diferença de US\$ 41,2 milhões em relação ao registrado em 2015.
- Por outro lado, os Investimentos Diretos no País continuaram crescentes (+5,1%), não obstante as elevações nas taxas de juros nos Estados Unidos e cortes no Brasil, somando a cifra de US\$ 78,9 bilhões, permitindo crescimento na conta de Investimento Direto (+15,1%).

2.2.2 Commodities

Cotação do minério de ferro dispara e encerra 2016 com alta de 95,1%; OPEP reduz produção de petróleo e preços dos fertilizantes registram queda média de 22,2%

Em 2016, a maioria das *commodities* presentes na balança comercial maranhense e brasileira apresentou valorização em suas cotações. Com destaque para o minério de ferro que encerrou o mês de dezembro na cifra de US\$ 80/dmtu, com valorização significativa de 95,1% frente ao mesmo período de 2015, diante, sobretudo, de um forte aquecimento na demanda chinesa em meados do segundo semestre do ano.

Em 2017, as estimativas são de que o preço médio do minério de ferro deverá ficar em torno de US\$ 65/dmtu, preço 23,1% abaixo do fechamento de janeiro, mas superior à média de 2016, que ficou em US\$ 58,4/dmtu. A expectativa pessimista atualmente gira em torno da possível redução na demanda chinesa, que pode vir a ser impactada negativamente pela possibilidade de imposição de barreiras protecionistas nos Estados Unidos. Por outro lado, o crescimento dos Estados Unidos e os fortes investimentos previstos para serem realizados em infraestrutura no país podem aquecer os preços da *commodity*.

- O petróleo *crude dated brent* encerrou 2016 o ano em US\$ 54,1/bbl⁷ (-43,3%); o alumínio em US\$ 1.727,7/mt (15,4%); a soja, US\$ 421/mt (13,2%). Em caminho inverso, a maior desvalorização ficou por conta da categoria dos fertilizantes, que caíram em média 22,2%, e o milho que encerrou cotado a US\$ 152,4/mt, queda de 7,0% conforme a **Tabela 5**.

Tabela 5. Cotação internacional das principais *commodities* negociadas no Brasil e no Maranhão, médias anuais e mês de dezembro 2015-2016 e projeções para 2017 e 2018. (Valores em US\$)

Descrição	Médias anuais		Dezembro	Janeiro		Projeções	
	2015	2016	2016	2016	2017	2017	2018
Energéticas							
Petróleo Crude ¹ (\$/bbl)	52,4	44,0	54,1	30,8	54,9	55,0	60,0
Gás Natural - US (\$/mmbtu)	2,6	2,5	3,6	2,3	3,3	3,0	3,5
Grãos							
Soja, Grãos (\$/mt)	390,4	405,8	421,0	367,0	425,3	410,0	418,2
Milho (\$/mt)	169,8	159,2	152,4	161,0	160,0	160,0	163,4
Proteína Animal							
Carne Bovina (\$/kg)	4,4	3,9	3,9	3,5	3,9	4,0	4,0
Matérias Primas Agrícolas							
Pasta de Celulose ² (\$/mt)	925,3	802,0	808,8	794,0	808,9	-	-
Algodão (\$/kg)	1,6	1,6	1,8	1,5	1,8	1,7	1,7
Fertilizantes							
Fosfato, rocha (\$/mt)	117,5	112,2	103,0	118,0	99,0	330,0	338,0
DAP (\$/mt)	458,9	345,3	315,0	385,0	325,0	105,0	106,4
TSP (\$/mt)	385,0	290,5	267,0	380,0	269,0	250,0	254,8
Uréia (\$/mt)	272,9	199,3	216,0	214,0	241,0	280,0	286,7
Cloreto de Potássio (\$/mt)	302,9	245,6	215,0	290,0	215,0	220,0	225,3
Metálicas e Minerais							
Alumínio (\$/mt)	1.664,7	1.603,6	1.727,7	1.481,1	1.790,1	1700	1734,1
Minério de Ferro (\$/dmtu)	55,8	58,4	80,0	42,0	80,0	65	55,0
Cobre (\$/mt)	5.510,5	4.866,9	5.660,4	4.471,8	5.742,6	5.400	5.509
Ouro (\$/troy oz)	1.160,7	1.249,0	1.157,4	1.097,9	1.192,1	1.150	1.138

Fonte: World Bank; ¹Média ²Fonte: INSEE, NBSK Index, Chicago Stock Market Prices

⁷ Descrição das unidades de medida em anexo.

Para 2017, estima-se que o petróleo cruado *dated brent* mantenha os patamares atuais de preço entre US\$50/bbl e US\$ 60/bbl, conforme previsto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP. Para a soja, espera-se aumento de 7,8% da oferta mundial da *commodity* na safra 2016/2017 que, frente ao menor crescimento na demanda, deverá apresentar redução de 2,6% nos preços. Para o alumínio, a demanda pela *commodity* continua crescente, mas inferior à capacidade produtiva mundial, portanto, prevê-se pequenos reajustes para baixo (-1,6%).

- No caso do milho, espera-se crescimento da produção mundial (7,9%), gerando pressões na oferta. Contudo, o crescimento do consumo (4,0%) no final de 2016 gerou expectativa de aumento na demanda para 2017, projetando a cotação para US\$160/mt, elevação de 4,9% frente ao fechamento de 2016.

2.2.3 Balança Comercial

Superavit na Balança Comercial Brasileira foi crucial para enfrentar deficit em Transações Correntes

A Balança Comercial Brasileira apresentou superavit de US\$ 47,7 bilhões em 2016, crescimento de US\$ 27,9 bilhões (142,3%) em relação a 2015. Este resultado positivo na Balança Comercial teve papel crucial no Balanço de Pagamentos, reduzindo significativamente o deficit em transações correntes brasileiras.

- Tendo em vista que o valor das exportações caiu para US\$ 185,2 bilhões (-3,1%), o expressivo aumento do saldo da Balança Comercial decorreu da forte diminuição das importações brasileiras, que somaram US\$ 137,5 bilhões (-19,8%).

Dois eventos desfavoreceram as exportações brasileiras em 2016:

- O aumento das cotações das *commodities* a partir de meados do segundo semestre do ano, sobretudo, para os preços do minério de ferro, do petróleo, da pasta de celulose e do milho, não foram suficientes para compensar as perdas do restante do ano e a perda na produção agrícola em função dos efeitos do *El Niño*.
- Nas importações, a diferença substancial no total importado em relação ao ano de 2015, como pode ser observado na **Tabela 6**, adveio da menor compra de produtos da rubrica Combustíveis e Lubrificantes. Esse forte recuo pode ser explicado pela queda dos preços do petróleo diante da oferta mundial abundante do óleo que perdurou até o final de 2016.

Tabela 6. Evolução da Corrente Comercial Brasileira de 2010-2017* (Val. em US\$ FOB mi. e Var. em %)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	201.915	-	-181.768	-	20.147	383.684	-
2011	256.040	26,8	-226.242	24,5	29.798	482.281	25,7
2012	242.580	-5,3	-223.149	-1,4	19.431	465.729	-3,4
2013	242.179	-0,2	-239.621	7,4	2.558	481.800	3,5
2014	225.101	-7,1	-229.154	-4,4	-4.054	454.255	-5,7
2015	191.134	-15,1	-171.449	-25,2	19.685	362.583	-20,2
2016	185.235	-3,1	-137.552	-19,8	47.683	322.787	-11,0
2016*	11.238	-	-10.323	-	915	21.560	-
2017*	14.911	32,7	-12.187	18,1	2.725	27.098	25,7

Fonte: MDIC *Referente ao mês de janeiro

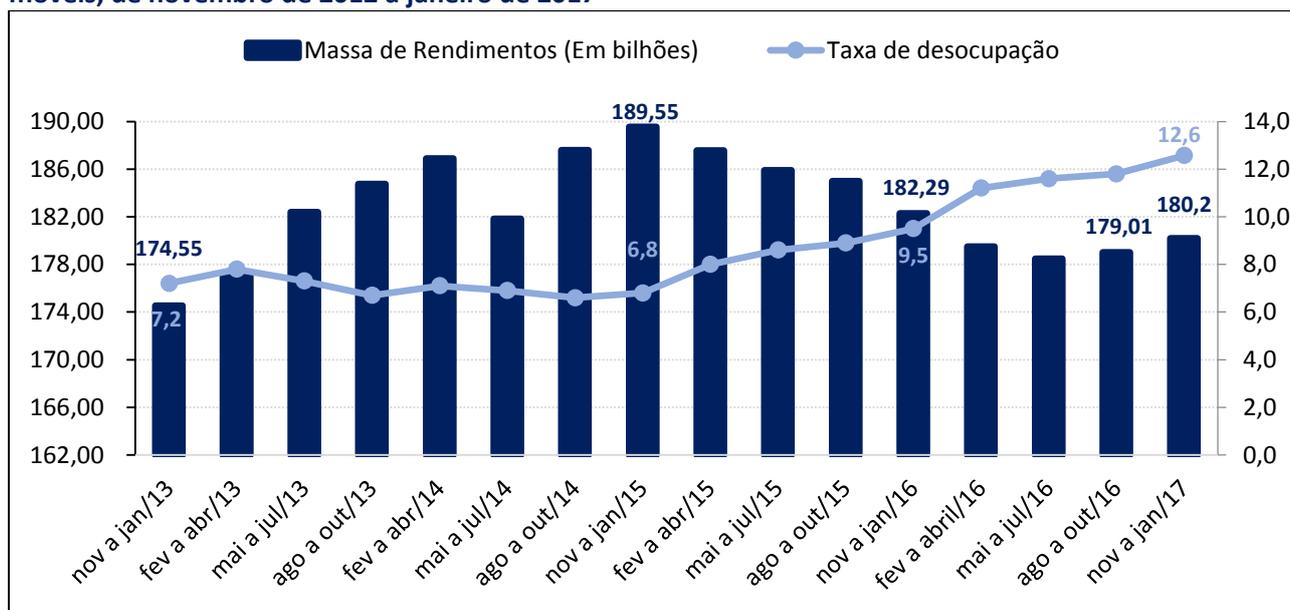
No mês de janeiro de 2017, houve crescimento substancial em quase todas as categorias importadas, com exceção de Bens de Capital (-2,7%). O crescimento dos Bens Intermediários e de Consumo traz expectativas otimistas quanto a retomada do nível de atividade nacional.

2.3 Mercado de Trabalho

Nos dois últimos anos foram eliminados 2,9 milhões de postos de trabalho formais. Contudo, janeiro de 2017 foi o décimo mês consecutivo de atenuação na destruição de vagas, relativamente a 2015

De acordo com os dados da Pnad Contínua (**Gráfico 5**), divulgada dia 24 de fevereiro deste ano, a taxa de desocupação brasileira atingiu 12,6% no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2017, o maior valor da série iniciada em 2012, marcando uma elevação de 3,1 p.p em relação ao mesmo período de 2016 (9,5%) e contabilizando o patamar de 12,9 milhões de pessoas desocupadas.

Gráfico 5. Massa de rendimentos reais no Brasil* (R\$ em bilhões) e Taxa de desocupação (%), por trimestres móveis, de novembro de 2012 a janeiro de 2017



Fonte: PNADc mensal/IBGE * Inflacionada pelo IPCA, a preços de dezembro de 2016

Quanto ao número de ocupados, registrou-se recuo de 1,9% no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2017, comparado ao estoque observado no mesmo período do ano anterior. Já a massa de rendimentos reais, auferida pelos ocupados no país, somou R\$ 180,2 bilhões no mesmo intervalo de referência, marcando queda real (inflacionada pelo IPCA, a preços de dezembro de 2016) de 1,1% ante o trimestre móvel encerrado em janeiro de 2016.

Considerando o desempenho esperado da massa de rendimentos, destaca-se que o componente rendimento real médio deve contribuir negativamente em 2017, haja vista que a reinserção de pessoas no mercado de trabalho deve ocorrer com a aceitação de menores salários. Quanto ao componente número de ocupados, espera-se uma retomada do crescimento no terceiro trimestre deste ano devido à retomada da atividade econômica. Assim, possivelmente a massa de rendimentos da população ocupada no país irá crescer no último trimestre de 2017, relativamente a 2016.

No que diz respeito ao emprego celetista, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTE), no mês de janeiro, 40,9 mil desligamentos líquidos foram contabilizados no país (**Tabela 7**). Embora permaneça negativo, foi o décimo mês consecutivo de atenuação de demissões líquidas na comparação interanual. Em termos setoriais, o destaque foi a geração de empregos na Indústria de Transformação (+17,5 mil), a qual teve revertida a deterioração observada em igual período do ano anterior.

Tabela 7. Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, registro anual 2015 a 2016, saldo em janeiro* de 2016 e 2017 e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Geração de empregos		Janeiro*		Variação absoluta (b-a)
	2015 (a)	2016 (b)	2016	2017	
Total	-1.534.989	-1.332.272	-99.694	-40.864	202.717
Extrativa mineral	-14.218	-11.911	-1.220	-59	2.307
Ind. de Transformação	-612.209	-324.212	-16.553	17.501	287.997
Prod. minerais não metálicos	-34.209	-36.805	-2.150	89	-2.596
Metalúrgica	-76.596	-44.904	-2.322	2.650	31.692
Mecânica	-72.710	-36.943	-623	4.164	35.767
Material elétrico e de com.	-46.385	-15.462	-748	1.814	30.923
Material de transporte	-81.755	-50.655	-3.430	1.330	31.100
Madeira e do mobiliário	-38.264	-26.153	114	1.500	12.111
Papel, papelão, editorial e gráfica	-24.768	-17.471	-813	-292	7.297
Borracha, fumo, couros, similares	-21.946	-8.534	2.351	2.960	13.412
Química de prod. farm. vet.	-55.731	-23.978	-2.035	1.404	31.753
Têxtil do vestuário e tecidos	-99.515	-30.533	-2.157	6.503	68.982
Calçados	-25.398	4.177	3.625	8.075	29.575
Alimentos e bebidas	-34.932	-36.951	-8.365	-12.696	-2.019
SIUP ¹	-8.284	-12.671	-890	735	-4.387
Construção civil	-416.689	-362.346	-2.588	-775	54.343
Comércio	-212.756	-202.424	-69.750	-60.075	10.332
Serviços	-267.927	-393.483	-17.180	-9.525	-125.577
Administração pública	-11.169	-10.769	-263	671	400
Agropecuária	8.263	-14.456	8.729	10.663	-22.719

Fonte: CAGED - MTE *Sem ajustes.

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

- Considerando o ano de 2016, foram eliminadas 1,3 milhões de vagas. Somado ao saldo de 2015, atingiu-se o patamar de 2,9 milhões de demissões líquidas. Contudo, em 2016 verificou-se uma atenuação de 202,7 mil desligamentos líquidos, contra o resultado de 2015. Os subsetores que lideraram a eliminação de empregos celetistas foram os Serviços (-393,5 mil) e Construção Civil (-362,3 mil).
- Apesar do resultado negativo para todos os setores em 2016, a Indústria de Transformação (-324,2 mil) foi o subsetor no qual houve maior atenuação das demissões líquidas (288 mil vagas, na mesma base de comparação). Há previsão de que em 2017 tenha-se geração de 150 mil vagas, segundo o Bradesco (2017). As retomadas das contratações líquidas devem continuar sendo impulsionadas pela Indústria de Transformação, como verificado em janeiro de 2017, nos segmentos calçadista (+8 mil); o têxtil (+ 6,5 mil); e o de mecânica (+ 4,2 mil).
- Outro setor que deverá reagir este ano é a Construção Civil, visto que o governo federal aderiu ao Programa de Investimento em Logística (PIL) que prevê a construção e manutenção de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

No que se refere à distribuição regional, segundo o Ministério do Trabalho, houve o registro de demissões líquidas em todas as regiões do país, lideradas pelas regiões Sudeste (-793 mil) e Nordeste (-241 mil), no ano 2016. Na referência mensal, somente o Sul (+24,4 mil) e o Centro-Oeste (+12,8 mil) registraram geração de empregos em janeiro de 2017.

2.4 Finanças Públicas

Relação Deficit Primário/PIB do Governo Central alcançou -2,4% em 2016, pior resultado já registrado, contribuindo para quarto ano consecutivo de deficit primário do Setor público Consolidado

O Governo Central registrou, em dezembro de 2016, deficit primário de R\$ 60,1 bilhões, piora em termos reais de 6,7% (R\$ -4,3 bilhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano, o Resultado Primário do Governo Central registrou deficit de R\$ 154,2 bilhões (2,4% do PIB), contra deficit de R\$ 114,7 bilhões (1,9% do PIB) em 2015, o pior resultado da série histórica iniciada em 1997 pelo Tesouro Nacional, embora ainda dentro da nova meta fixada pelo Governo Federal em maio do ano passado, de R\$ 170,5 bilhões (**Tabela 8**).

Considerando que em 2015 o governo pagou R\$ 72,4 bilhões referente às pedaladas fiscais, e que em 2016 houve a entrada de R\$ 46,8 bilhões em recursos de repatriação e multas e ainda assim houve deficit primário recorde, inferindo elevado grau de descontrole da situação fiscal do país.

- As principais fontes de arrecadação de receita, receita tributária e previdenciária, registraram queda em termos reais de R\$ 13,9 bilhões (-1,6%) e R\$ 22,7 bilhões (-5,9%) respectivamente, contribuindo para o desempenho negativo das receitas do Governo Central que apresentou recuo real de 3,1% (R\$ -43,3 bilhões) no comparativo entre 2016 e 2015, mesmo considerando o recurso das multas e repatriações, sem as quais o recuo das receitas teria sido mais acentuado.
- Do mesmo modo, as Despesas do Governo Central encerraram 2016 em R\$ 1,2 trilhões, decréscimo real de R\$ 15,2 bilhões (-1,2%) em relação ao ano anterior, refletindo a redução real da concessão de subsídios destinados a atividade agrícola de pequeno e médio porte (Pronaf e Proagro), e das despesas ligadas ao estímulo de investimento (PAC e Programa de Sustentação ao Investimento - PSI), mesmo com o crescimento real de Benefícios Previdenciários, Abono e Seguro Desemprego.

Tabela 8. Resultado Primário do Governo Central*- 2015, 2016, jan/16 e jan/17, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões)

Discriminação	2015	2016	Janeiro		Crescimento Nominal (%)		Crescimento Real (%)	
			2016 (a)	2017 (b)	2016/2015	(b)/(a)	2016/2015	(b)/(a)
I. Receita Total	1.247.789,3	1.314.952,9	141.198,9	137.363,0	5,4	-2,7	-3,1	-7,7
II. Trans. por repart. de receita	204.684,3	226.835,3	17.169,3	18.583,2	10,8	8,2	1,6	2,7
III. Receita Líquida Total (I-II)	1.043.105,1	1.088.117,6	124.029,6	118.779,8	4,3	-4,2	-4,1	-9,1
IV. Despesa Total	1.158.700,9	1.242.372,9	109.194,4	99.812,0	7,2	-8,6	-1,2	-13,2
V. Fundo Soberano do Brasil- FSB	855,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	-	-100,0	-
VI. R. Primário do GC (III-IV+V)	-114.740,8	-154.255,4	14.835,2	18.967,8	34,4	27,9	26,7	21,4
VII. Resultado Primário/PIB	-1,9	-2,4	0,3	0,3	-	-	-	-

Fonte: STN

Seguindo a mesma trajetória, em janeiro de 2017, o Governo Central registrou resultado nominal superavitário de R\$ 19 bilhões contra R\$ 14,8 bilhões no mesmo período do ano anterior.

- Essa evolução pode ser explicada pelo decréscimo real de 13,2% das Despesas Totais, influenciadas principalmente pela redução das Despesas Discricionárias, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às despesas com LEJU/MPU, enquanto a queda das Receitas Totais (-7,7%), na comparação entre os dois períodos, deve-se à redução da arrecadação de receitas tributárias e das não administradas pela RFB.

Alguns dos Estados da federação também se encontram com suas finanças no vermelho, a crise financeira é mais latente nos estados de Alagoas, Minas gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Na tratativa

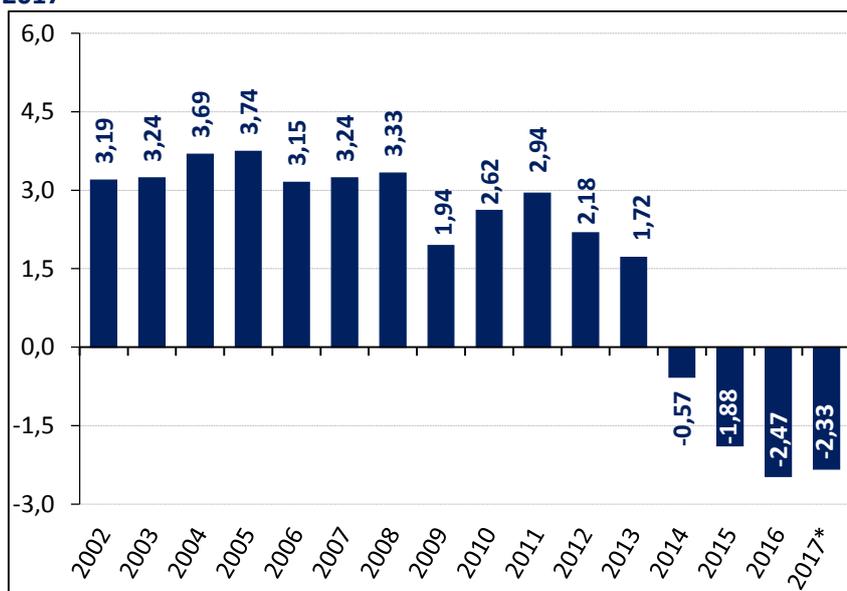
de auxílio a esses estados, foi enviado ao congresso proposta de regime de recuperação fiscal que, se aprovada, suspenderá por três anos o pagamento da dívida.

Diferente do Pacto pelo Austeridade, proposto no fim do ano passado para o conjunto dos governadores, essa nova proposta não estabelece limite de crescimento das despesas públicas, mas exige outras contrapartidas como: proibição da criação de novos cargos e do aumento de salário no funcionalismo público; suspensão de concursos públicos; elevação da alíquota previdenciária para 14%; privatização de empresas da área de energia, saneamento ou bancos; proibição da concessão de incentivos fiscais e redução dos subsídios já concedidos em 20% a cada ano de vigência do regime.

Em se tratando do resultado do Setor Público Consolidado, que leva em consideração Governo Central, Estados, municípios e empresas estatais, registrou-se deficit de R\$ 155,8 bi (-2,47% do PIB), contra deficit de R\$ 111,2 bi (-1,88% do PIB) em 2015, quarto ano consecutivo de resultado deficitário e cifra recorde da série histórica do Banco Central, iniciada em 2001 (**Gráfico 6**).

- Em relação ao acumulado de doze meses encerrados em janeiro de 2017, o deficit do Setor Público Consolidado chegou ao montante de R\$ 147 bilhões (-2,33% do PIB). Quando se considera somente o resultado de janeiro, este foi superavitário em R\$ 36,7 bilhões tendo em vista fatores sazonais do primeiro mês do ano, a redução das despesas do Governo Central e a entrada de receitas oriundas do programa de repatriação.

Gráfico 6. Resultado Setor Público Consolidado em % do PIB - 2002 a 2017



A projeção da Instituição Fiscal Independente¹ (IFI) estima que o deficit primário deverá encerrar 2017 em R\$ 182 bi (-2,8% do PIB). O cumprimento da meta implica o contingenciamento de R\$ 38,9 bi, o que acarretaria recuo real de 0,5% das despesas. Todavia, a regra de teto dos gastos, que limita o crescimento das despesas pelo IPCA do ano anterior, permite crescimento real das despesas

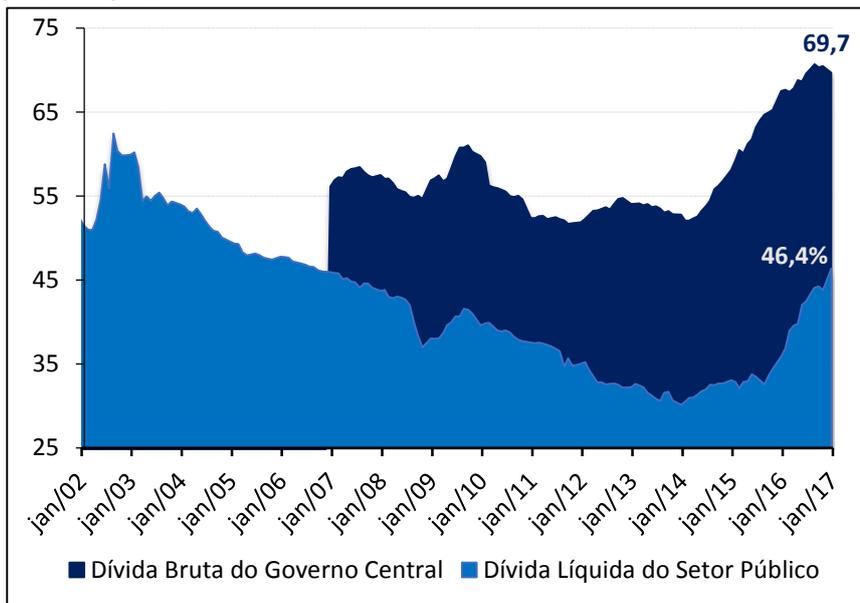
Fonte: BCB *Acumulado de 12 meses encerrados em janeiro

Relação Dívida Bruta do Governo Central/PIB deve alcançar 76,9% no fim de 2017

Com o resultado deficitário do Resultado Primário, a Dívida Bruta do Governo Central (DBGC) encerrou 2016 em R\$ 4,4 trilhões, o equivalente a 69,5% do PIB, enquanto a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou no fim do ano referido R\$ 2,9 trilhões, 45,9% do PIB.

- O avanço da relação DBGC/PIB foi influenciado pelo aumento da dívida mobiliária do Tesouro Nacional e das operações compromissadas do Banco Central. Já o crescimento da DLSP/PIB resulta do impacto da incorporação dos juros nominais, da valorização cambial, do déficit primário e do efeito do crescimento do PIB nominal.
- No primeiro mês de 2017 a Dívida Bruta em proporção do PIB se manteve relativamente estável, alcançando 69,7%, enquanto a Dívida Líquida/PIB avançou a 46,4% (**Gráfico 7**).

Gráfico 7. Dívidas Bruta e Líquida do Governo Central - em % do PIB - jan/02 a jan/17



A previsão do Banco Central é de que a relações DLGC/PIB e DBGC/PIB alcancem respectivamente 52,5% e 76,9% ao fim de 2017.

Fonte: Bacen

De acordo com as expectativas de mercado reunidas pelo Prisma Fiscal, divulgado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF, a redução do deficit público do Governo Central e a recuperação do crescimento da receita líquida fica prevista para 2018, enquanto a trajetória de despesas continua crescente até 2020. Já as perspectivas relativas à DBGC/PIB, realizadas pela Instituição Fiscal Independente, estimam o patamar de 84,3% em 2021, trajetória que se daria de forma menos acelerada como a observada em 2016, mas ainda elevada, de forma que a tendência de reversão dessa trajetória crescente da dívida se observará apenas no longo prazo.

3 CENÁRIO ESTADUAL

3.1 Nível de Atividades

3.1.1 Produção Agrícola

Estimativa agrícola de janeiro de 2017 aponta produção recorde de grãos no Maranhão

Após dois anos consecutivos de queda na produção agrícola do Estado devido à seca causada pelo fenômeno *El Niño* entre 2015 e 2016, o ano corrente sugere, além da recuperação dessas perdas, um recorde na produção de grãos, com destaque para a soja e o milho.

A estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA/IBGE, do mês de janeiro, indica que a produção de grãos no Estado deverá ser de 4.548 mil t, enquanto que a de 2016 encerrou em 2.163 mil t, o que representa um crescimento de 110,3% (2.385,2 mil t).

A expectativa dos produtores de vários municípios maranhenses para a recuperação das perdas sofridas em 2015 e 2016 é bastante positiva, tendo em vista que os dois últimos anos foram anos atípicos para a agricultura não só do Maranhão, mas também dos demais Estados brasileiros (**Tabela 9**).

Tabela 9. Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA do Maranhão - 2016 e Jan/2017

Produto	Período	Área (mil ha)		Produção MA (mil t)	Rend. Médio MA (Kg/ha)	
		Plantada/a plantar	Colhida/a colher			
Grãos	Total de Grãos ⁸	2016 (a)	1.388	1.376	2.163	1.572
		Jan/17 (c)	1.504	1.504	4.548	3.023
		(c/a)	8,4	9,3	110,3	92,3
	Soja	2016 (a)	784	784	1.243	1.586
		Jan/17 (c)	818	818	2.489	3.044
		(c/a)	4,3	4,4	100,3	91,9
	Sorgo	2016 (a)	11	11	20	1.786
		Jan/17 (c)	31	31	67	2.146
		(c/a)	180,4	180,4	237,0	20,2
	Milho	2016 (a)	337	336	684	1.857
		Jan/17 (c)	422	422	1.650	4.114
		(c/a)	25,0	25,6	141,2	121,6
	Feijão	2016 (a)	74	72	35	474
		Jan/17 (c)	78	78	46	582
		(c/a)	5,2	8,0	32,7	22,8
	Arroz	2016 (a)	173	164	160	981
		Jan/17 (c)	165	165	242	1.470
		(c/a)	-4,6	0,6	50,7	49,8
Algodão	2016 (a)	21	21	41	3.189	
	Jan/17 (c)	23	23	54	3.882	
	(c/a)	8,4	8,4	31,9	21,7	
Demais culturas	Mandioca	2016 (a)	306	157	1.312	8.333
		Jan/17 (c)	298	154	1.337	8.703
		(c/a)	-2,6	-2,4	1,9	4,4
Cana-de-açúcar	2016 (a)	51	46	2.521	55.234	
	Jan/17 (c)	53	46	2.486	54.546	
	(c/a)	2,2	-0,1	-1,4	-1,2	

Fonte: GCEA/LSPA/IBGE

A cultura da soja promete superar o recorde de 2015 (2,1 milhões de toneladas). Para 2017, estima-se produzir 2.489 mil t da oleaginosa, com um incremento de 34 mil ha na área plantada em 2017 comparativamente ao ano anterior. Além disso, os produtores contam com a recuperação do preço da soja no mercado internacional, que atualmente é de US\$ 375,29 por tonelada, crescimento de 17,62% após o preço mínimo registrado em novembro de 2015 (US\$ 319,08), o que estimula ainda mais os produtores. A produção de milho também deverá apresentar expansão neste ano. Conforme LSPA de janeiro, o Maranhão deverá produzir 1.650 mil t, safra recorde desde 2014, quando se produziu aproximadamente 1.520 mil t do grão. Devido à seca, a produção de milho caiu consideravelmente, chegando a ser de apenas 684 mil t em 2016. Para 2017, devido às expectativas positivas quanto às chuvas, houve um incremento de 25% na área plantada, o equivalente a 84,5 mil ha.

⁸ Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE.

A produção de grãos no Estado deverá registrar novo recorde, com 431 mil t a mais que em 2014 (recorde até então). Em 2017, houve um acréscimo na área plantada total dos grãos de 8,4%, o equivalente a 116 mil ha. Atribui-se a esse resultado, o incremento na área plantada de soja em alguns municípios maranhenses, no ano corrente, na comparação com o ano anterior, especialmente nas regiões de Balsas (+4,0%), Caxias (+38,5%), Chapadinha (+4,1%), Imperatriz⁹ (+31,1%), São Bernardo (+33,5%) e São João dos Patos¹⁰ (+9,3%).

- Ressalta-se que o rendimento médio estimado para a cultura da soja em 2017 também é recorde (3.044 kg/ha). A maior produtividade até então foi verificada em 2008, em torno de 2.995 kg/ha.
- Uma novidade na estimativa agrícola do Estado, é a mensuração do sorgo, tendo em vista sua relevância no cálculo das contas regionais. Desse modo, o comparativo deste ano com o ano anterior deve levar em consideração esse cômputo.
- No tocante às culturas de base familiar – arroz, feijão e mandioca –, a recuperação deverá ser mais lenta que em relação às demais culturas, com redução na área plantada do arroz e da mandioca.

3.1.2 Financiamento Imobiliário

Financiamento Imobiliário no Maranhão, apesar do resultado negativo em janeiro, indica sinais de recuperação

Segundo os dados do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, o volume de crédito para compra de imóveis no Maranhão registrou saldo de R\$ 25,2 milhões em janeiro do ano corrente. Em termos percentuais, observa-se uma queda no Maranhão de 20,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior (ajustado pela inflação do período medida pelo IPCA). Na contramão, o Nordeste segue com +1,3% e o Brasil com +0,2% conforme verificado na **Tabela 10**.

Tabela 10. Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (R\$ Mi Inflac. IPCA), part. do NE e BR 2007 a 2017* e taxa de crescimento

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	95,7	1.355,2	16.117,9	7,1	0,6
2008	148,1	8.411,9	74.789,8	1,8	0,2
2009	272,1	3.355,8	32.547,8	8,1	0,8
2010	401,8	4.886,5	48.839,8	8,2	0,8
2011	640,8	6.653,7	64.437,5	9,6	1,0
2012	825,3	8.411,9	74.789,8	9,8	1,1
2013	938,3	11.146,2	99.114,2	8,4	0,9
2014	1.056,9	11.890,4	98.759,0	8,9	1,1
2015	690,9	8.062,4	61.476,4	8,6	1,1
2016	357,9	4.552,6	27.759,3	7,9	1,3
2016*	31,8	333,8	1.854,7	9,5	1,7
2017*	25,2	338,0	1.859,0		
2007 a 2016	17,9	16,3	7,0	-	-
2016/2015	-48,2	-43,5	-54,8	-	-
2017/2016*	-20,9	1,3	0,2	-	-

Fonte: SBPE/Bacen*janeiro

O elevado volume de saques na caderneta de poupança foi um dos principais responsáveis pelo resultado negativo observado no volume de financiamento imobiliário entre 2015 e 2016.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o desempenho foi contrabalançado pelo crescimento de 18,5% dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 2016, cobrindo as perdas geradas no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

⁹ Deve-se esse resultado à área plantada de 250 ha no município de Lajedo Novo. Ressalta-se que em 2016, o município não produziu.

¹⁰ Deve-se esse resultado à área plantada de 120 ha no município de Paraibano. Ressalta-se que em 2016, o município não produziu.

- As novas regras do programa Minha Casa Minha Vida, tais como o reajuste nas faixas de renda das famílias e o aumento do limite de financiamento, somadas às quedas nos preços dos imóveis e às expectativas de barateamento do crédito, deverão ter efeito positivo sobre a demanda por imóveis.
 - Tais reajustes aconteceram em três faixas de renda (1,5, 2 e 3). Na faixa 1,5, a renda total da família passou de R\$ 2.350 para R\$ 2.600. Na faixa 2, antes da mudança o limite era de R\$ 3.600, passando para R\$ 4.000 e na faixa 3 o valor do limite que era até R\$ 6.500 aumentou para R\$ 9.000.
- O CMN aumentou o limite do valor dos imóveis novos obtidos pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH com o financiamento de até R\$ 1,5 milhão utilizando o FGTS.

Os lançamentos de imóveis no mês de dezembro de 2016 registraram queda de 21,5%, entretanto, houve crescimento de 9,0% no ano de 2016.

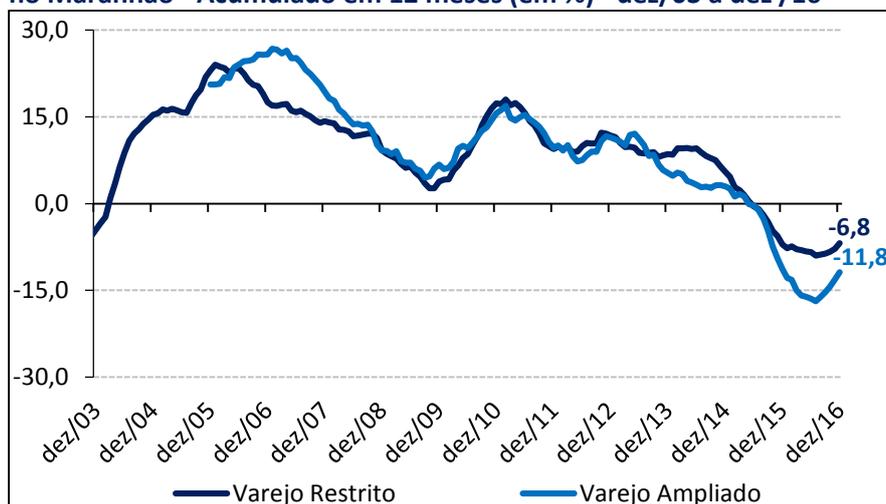
3.1.3 Comércio

No acumulado de 12 meses, o Maranhão apresenta atenuação da queda no volume de vendas em dez/16

O volume físico de vendas do comércio varejista restrito maranhense registrou queda de 1,2% na passagem de novembro para dezembro. Na comparação interanual (contra dez/15), as vendas recuaram 3,0%. No acumulado de 12 meses encerrados em dezembro, o varejo restrito apresentou uma atenuação na trajetória de desaceleração, saindo de -7,8% em novembro para -6,8% em dezembro (**Gráfico 8**)

- No acumulado de 12 meses, o varejo ampliado registrou uma retração da ordem de 11,8%, influenciado, sobretudo, pelo encolhimento nas vendas de veículos novos de 49,4% contra o período imediatamente anterior, segundo os dados do Departamento de Trânsito do Maranhão – DETRAN-MA. Isso evidencia que o aumento da taxa de desemprego no Estado tem contaminado intensamente setores mais dependentes de crédito como as atividades de vendas de veículos.

Gráfico 8. Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão - Acumulado em 12 meses (em %) - dez/03 a dez /16



O desempenho anual das vendas do varejo restrito e do varejo ampliado continuam em trajetória de desaceleração.), continuam sendo impactados pelo crescimento da taxa de desemprego no Estado e pela taxa de juros ainda em patamar elevado.

Fonte: IBGE, PMC

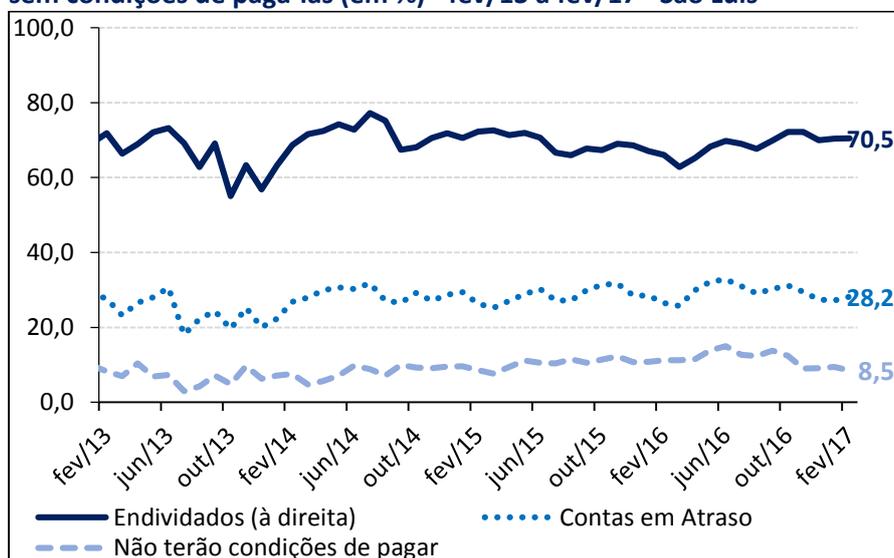
3.1.4 Endividamento

Percentual de endividados mantém-se estável no mês de fevereiro, porém ainda em patamar elevado

Os dados da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, realizada pela Fecomércio, mostram que as famílias continuam com endividamento em patamar elevado, com uma leve expansão, saindo de 70,4% em janeiro para 70,5% em fevereiro.

- O número de famílias que avaliam que não terão condições de pagar o serviço de suas dívidas registrou queda em relação ao mês anterior, passando de 9,4% para 8,5% das famílias. Por outro lado, o número de famílias com contas em atraso (famílias inadimplentes) registrou expansão de 3,9 pontos percentuais, alcançando 28,2% em fevereiro.

Gráfico 9. Percentual de Famílias Endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) - fev/13 a fev/17 - São Luís



O aumento da desocupação, a conseqüente redução da massa de rendimentos e as elevadas taxas de juros ainda contribuem para a manutenção do endividamento elevado das famílias ludovicenses. Esses fatores continuam restringindo o consumo das famílias maranhenses, com impactos sobre o comércio estadual.

Fonte: Fecomércio MA

- Dentre as faixas de renda, a inadimplência aumentou entre as famílias que recebem menos de dez salários mínimos, saindo de 40,6% para 41,8% e entre as famílias que compõem o estrato de renda superior: em janeiro correspondia 10,9%, em fevereiro passou para 15,2%.
- A principal dívida continua sendo a do cartão de crédito (73,7%), seguido de carnês (16,4%), financiamento imobiliário (6,0%) e financiamento de carro (5,9%).

3.1.5 Investimentos

O Maranhão receberá até R\$ 9,2 bilhões em investimentos no ano de 2017

No Estado, os investimentos em andamento totalizam R\$ 9,2 bilhões, distribuídos entre 346 projetos públicos e privados. De acordo com a **Tabela 11**, os investimentos privados respondem por 83,7% do que será investido no Estado, destacando-se os empreendimentos em geração e distribuição de energia (25,7%) e na Indústria Extrativa e de Transformação (21,7%). O Governo do Maranhão investe principalmente na infraestrutura do Estado através de construção e pavimentação de rodovias, que perfazem R\$ 1,1 bilhão.

- Os investimentos públicos e privados previstos para se concretizar no Maranhão abrangem a construção e recuperação de estradas, revitalização de ferrovias, integração de modalidades de transporte, obras de saneamento básico e outros.
- No setor Energético, serão investidos R\$ 2,3 bilhões. Destaca-se o investimento de geração e transmissão de energia elétrica da Ômega Energia nos municípios de Barreirinhas e Paulino Neves. O licenciamento do complexo Eólico Oeste foi homologado em 2015, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA/MA, no Município de Barreirinhas. O projeto de R\$ 1,5 bilhão prevê a instalação do chamado Delta 3 - a usina, que teve sua energia vendida nos leilões A-3¹¹

¹¹ De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, o leilão de energia elétrica para entrega em 2018 (A-3) contratou 29 projetos, com capacidade instalada de 669,5 megawatts, correspondendo a investimentos de R\$ 2,5 bilhões, das 29 usinas 7 serão instaladas no Maranhão, a Delta 3 terá capacidade instalada 220,8 megawatts.

e no LER 2015, que deverá iniciar as operações em 2017. Será construída uma linha de transmissão entre os municípios de localização do complexo eólico e o município de Miranda do Norte, abarcando 40% do orçamento do projeto e com proposta de abertura de mil vagas de empregos temporários entre os municípios da região do Parque dos Lençóis, Paulino Neves e Araioses.

Tabela 11. Investimentos Públicos e Privados em andamento e projetados para o Maranhão fev/17

Segmentos	Investimento Estimado (R\$ Milhões)	Participação (%)
Privados	7.761,09	83,71
Energia Elétrica	2.378,70	25,66
Indústria Extrativa e de Transformação	2.014,08	21,72
Terminal Portuário/ Armazenagem	1.555,86	16,78
Transporte/Logística	1.413,49	15,25
Comércio e Serviços	349,11	3,77
Outras obras de infraestrutura	49,85	0,54
Públicos	1.510,31	16,29
Rodovias e Pavimentação	1.131,01	12,20
Construção/ Reforma de Hospitais	131,11	1,41
Saneamento	114,06	1,23
Construção/ Reforma de Escolas	66,82	0,72
Movimentação Portuária	34,43	0,37
Outras obras Públicas	32,88	0,35
Total Geral	9.271,40	100,00

Fonte: SEINC; SINFRA; SEPLAN; IMESC

- As empresas Terminais Marítimos de Pernambuco S/A - TEMAPE e a Paranaense Multitrans estão coordenando projetos para o Maranhão em 2017, ambos os projetos estão em andamento, inclusive com finalização de compra do terreno. A TEMAPE, com investimento de R\$ 76,4 milhões, irá instalar um terminal de armazenagem de líquidos, enquanto a Multitrans (R\$ 80 milhões) construirá uma fábrica de ração, armazenagem e unidade de fertilizantes. As obras devem iniciar em agosto de 2017 e serão realizadas no novo distrito industrial¹² de São Luís. Esses investimentos pretendem expandir o setor de tancagem e o setor produtivo do Estado.

Com novos empreendimentos no Estado e aumento da carga movimentada, o Porto do Itaqui receberá investimento da ordem de R\$ 732,4 milhões para expansão e adaptação do complexo portuário

Os investimentos no Porto do Itaqui perfazem R\$ 733,4 milhões divididos entre Recursos Próprios por meio dos reinvestimentos dos lucros da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP (R\$ 263,7 milhões), e Investimentos Privados com montante de R\$ 469,6 milhões, R\$ 41,1 milhões estão em andamento e R\$ 692,3 milhões são obras a iniciar em 2017 (Tabela 12).

Os investimentos no Porto do Itaqui preveem a modernização de terminais, melhorias de acesso ao local, segurança e a atração de empresas privadas para o Maranhão.

- Quanto aos Investimentos Privados, têm-se a Expansão do Terminal de Tancagem da Ultracargo, avaliado em R\$ 242 milhões, no qual as obras de terraplanagem em uma área de 30 mil m² já foram iniciadas, e o arrendamento do terminal de papel e celulose, com valor das obras está estimado em R\$ 221 milhões.

¹² A construção do novo distrito industrial em São Luís iniciará em 2017, de acordo com a Secretaria de Estado da Indústria e comércio (SEINC), 25 empresas já assinaram o protocolo de intenção para se instalarem na nova área.

- Dentre os investimentos da EMAP, encontra-se: a construção do Berço 99 e a recuperação estrutural dos berços 103 e 106. Os projetos estão em fase final de elaboração, orçados em R\$ 160 milhões e R\$ 40, 8 milhões, respectivamente.

Tabela 12. Investimentos Públicos e Privados para o Porto do Itaqui em 2017

Descrição	Investimento Estimado (R\$ Milhões)		
	Em Andamento	Previsto para 2017	Total Geral
Privados	6,68	463,00	469,68
Expansão do Terminal de tancagem da Ultracargo	-	242,00	242,00
Arrendamento do terminal de papel e celulose	-	221,00	221,00
Ampliação das Insta. e tubulações de term. de tancagem(Granel Química)	5,00	-	5,00
Terraplanagem 30 mil m ² para ampliação da tancagem	1,68	-	1,68
Públicos	34,43	229,30	263,73
Construção do Berço 99	-	160,00	160,00
Recuperação estrutural dos berços 103 e 106	-	40,80	40,80
Modernização do Sistema Elétrico do Porto do Itaqui	-	16,00	16,00
Revitalização do Sistema de Combate a Incêndios (Berço 100 a 108)	15,00	-	15,00
Novo terminal do Cujupe	12,62	-	12,62
Pavim. das áreas G e H para receb. de contêineres Reefers, IMO e Gerais	-	9,20	9,20
Outros Projetos	4,08	-	4,08
Novo sistema de iluminação de berços, pátios e vias	2,73	-	2,73
Pavimentação Flexível, tratamento superf. simples e duplo e sinal.	-	1,80	1,80
Recuperação da rampa de acesso sul	-	1,50	1,50
Total Geral	41,11	692,30	733,41

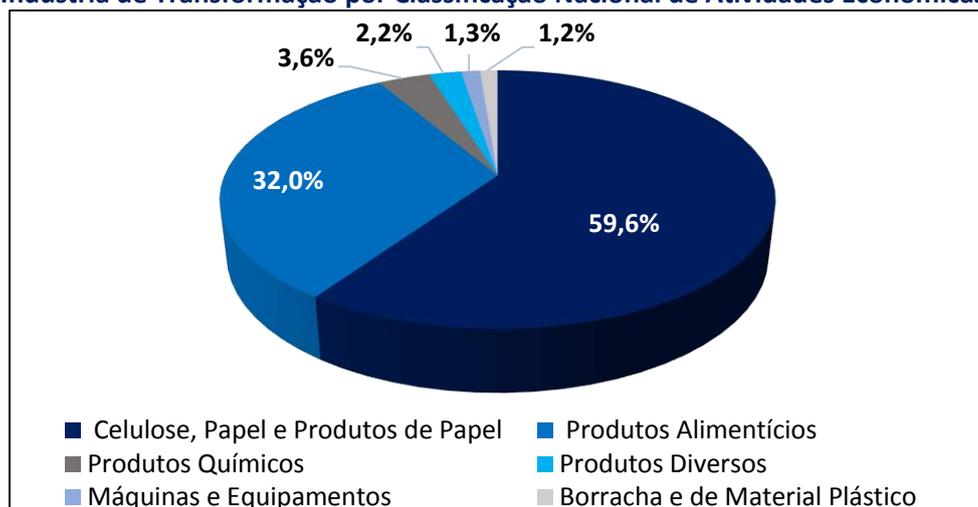
Fonte: EMAP; IMESC

Entre os investimentos privados previstos para fabricação de produtos alimentícios no Maranhão, 63,6% concentram-se no Programa Mais Avicultura

A Indústria de Transformação maranhense contabiliza investimentos de R\$ 1,8 bilhão, compostos em Fabricação de Papel e Celulose (59,6%), Produtos Alimentícios (32,0%), Produtos Químicos (3,6%) e Máquinas e Equipamentos (1,3%) (**Gráfico 10**).

- Os investimentos do setor de Produtos Alimentícios contam com 63,6% das empresas pertencentes ao Programa Mais Avicultura, projeto do governo do Maranhão que prevê a concessão de benefícios fiscais para produtores de ovos férteis e abatedouros de frango. Este plano presume a redução da base de cálculo do ICMS, para produtos como carne resfriada, congelada e outros subprodutos resultantes do abate de aves.
 - Nas operações internas com produtos resultantes de abate, o crédito presumido varia de 90% a 100%, sendo que este último é concedido às empresas que abrangem toda a cadeia produtiva da avicultura, favorecendo a integração vertical da cadeia.

Gráfico 10. Indústria de Transformação por Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE



Fonte: SEINC; SINFRA; SEPLAN; IMESC

- Por meio desses incentivos, desde 2015 o governo vem atraindo a instalação de abatedouros e fortalecimento das cadeias produtivas, empresas como a Notaro Alimentos em Balsas (R\$ 172 milhões), Frango Americano em Coroatá (R\$ 140 milhões), Agronor em Santa Inês (R\$ 34 milhões) e Gama Avicultura em Porto Franco (R\$ 14,5 milhões) são as principais receptoras dos incentivos. A projeção é de que até 2018 sejam gerados 15 mil empregos na cadeia de avicultura no Maranhão.

Tabela 13. Empresas beneficiadas pelo programa mais avicultura no Maranhão

Empresas	Investimento Estimado (R\$ Milhões)	Municípios
Notaro Alimentos	172,00	Balsas
Frango Americano	140,00	Coroatá
Agronor	34,00	Santa Inês
Gama Avicultura	14,50	Porto Franco
Novo Horizonte	8,00	Itapecuru Mirim
Canindé Frangos	6,90	Capinzal do Norte
Ceará Alimentos	4,00	Capinzal do Norte
Bonasa Alimentos	3,50	Timon
Total	382,90	

Fonte: SEINC

Investimentos do Governo do Maranhão somam R\$ 1,4 bilhão e estão sendo distribuídos entre as Secretarias de Infraestrutura, Educação, Saúde e outras

Dentre os investimentos públicos de maior representatividade, destacam-se os da:

- Secretaria de Infraestrutura – SINFRA, com montante de R\$ 1,1 bilhão (63,7%), voltado para a construção e recuperação de rodovias estaduais e vias urbanas em diversos municípios maranhenses, tais como a construção da MA-318 entre Bom Jardim e São João do Carú (extensão de 86 Km), a qual integra as 18 MA's que estão sendo construídas ou reformadas no Estado, os recursos investidos nessa rodovia são da ordem de R\$ 783,4 milhões.
 - Esses investimentos contribuem para a redução de custo logístico e facilitam a movimentação de pessoas, portanto, impactam no preço final dos produtos e na redução do tempo de viagem intra e interestaduais entre os municípios beneficiados. Evidencia-se que a SINFRA está

investindo na pavimentação asfáltica de vias urbanas de 49 regiões do Maranhão (R\$ 119 milhões).

- Por meio das Secretarias de Saúde do Maranhão - SES e da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, estão previstos R\$ 196,3 milhões em projetos no Estado.
 - Deste montante, R\$ 131,1 milhões estão sendo investidos em Construção, Reforma ou Ampliação de 13 hospitais, com destaque para a construção do bloco 02 do complexo hospitalar de Alta Complexidade Carlos Macieira (206 leitos), que soma investimento de R\$ 50 milhões. Já os projetos na educação, em andamento, estão orçados em R\$ 44,1 milhões e consistem na construção e reformas de escolas em 41 municípios.
- No final de 2016, o Governo contratou operação de crédito R\$ 444,8 milhões junto à Caixa Econômica Federal.
 - O recurso será aplicado no Programa Maranhão Mais Justo e Competitivo – Infraestrutura, que prioriza as seguintes áreas: infraestrutura rodoviária, saneamento básico, além dos setores de transporte e segurança pública. Englobam projetos previstos pelo recurso, a reestruturação da avenida dos Holandeses e a Avenida Litorânea que inclui a implantação de um BRT¹³ em São Luís (R\$ 105,5 milhões), a ampliação do programa Água Para Todos (R\$ 129 milhões), além da retomada do programa Mais Asfalto (R\$ 140 milhões). Segundo a SINFR, novas estradas serão pavimentadas e antigas serão recuperadas em 2017, a exemplo da rodovia MA-275 que interliga Sítio Novo e Amarante do Maranhão.

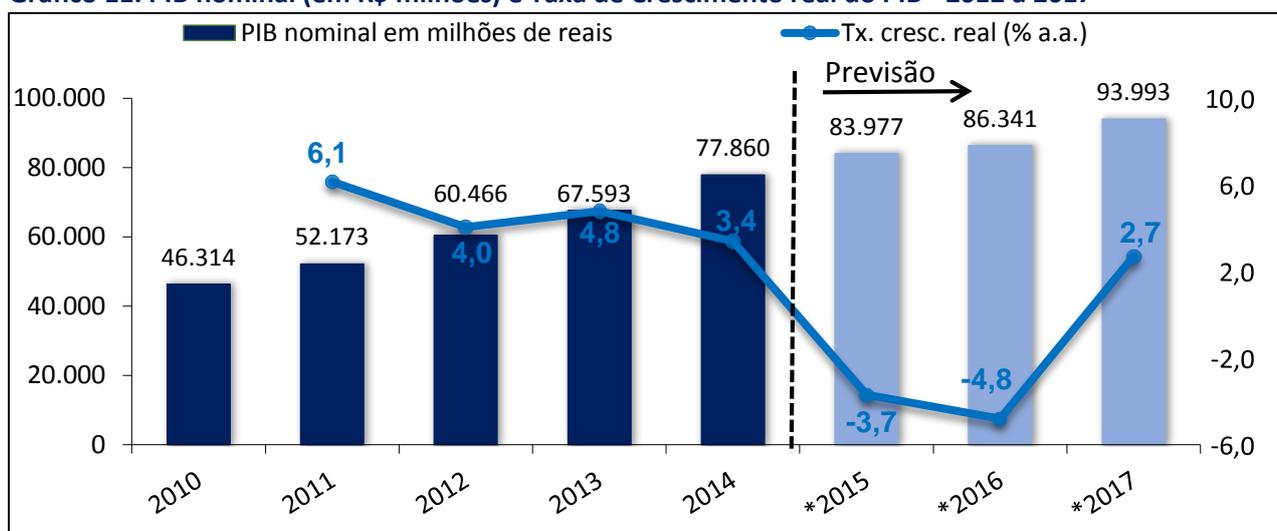
3.1.5 Produto Interno Bruto

Previsão de safra foi maior responsável pela previsão de retomada no crescimento do PIB do Maranhão

A estimativa realizada pelo IMESC para o Produto Interno Bruto de 2017 é de crescimento de 2,7% (**Gráfico 11**). A recuperação do dinamismo econômico poderá ser ocasionada preponderantemente pelo setor agrícola.

- Na indústria, espera-se leve melhora do setor, tendo em vista investimentos públicos e privados em andamento e em processo de implantação no Estado, na ordem de R\$ 9,2 bilhões.
- Já no setor de serviços, espera-se impactos negativos no primeiro semestre, ocasionado pela perda de postos de trabalho e pela diminuição da massa de rendimentos que ocorreu no Estado, entretanto, com leve recuperação no segundo semestre, tendo em vista o melhor desempenho dos demais setores da economia.

Gráfico 11. PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2012 a 2017



Fonte: IBGE; IMESC (*) Elaboração própria

¹³ Bus Rapid Transit (BRT): é um tipo de sistema de transporte público baseado no uso de ônibus.

Agropecuária: previsão de safra apresenta convergência para superprodução de grãos no Estado em 2017

Na agropecuária, por exemplo, espera-se rápida recuperação do setor, tendo em vista a tendência de aumento no preço das *commodities* agrícolas exportadas pelo Estado e o início antecipado do período chuvoso, que possibilitou a antecipação do plantio e, por consequência, tenderá a melhorar também a produção da segunda safra, posto que poderá ser plantada em um período do primeiro semestre em que o índice pluviométrico é maior.

Dentre as lavouras avaliadas pelo IBGE, cujos resultados foram divulgados no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de janeiro de 2017, todas tenderão a apresentar crescimento na produção, sendo que na comparação ao ano anterior, os cultivos que apresentaram prognóstico de safra mais proeminente foram:

- Milho e soja, cujas estimativas apresentaram crescimentos de 141,2% e 100,3%, respectivamente, em 2017, na comparação com o ano anterior. Caso os prognósticos se confirmem, o setor da agropecuária apresentará crescimento VA bruto do setor agrícola maior que os 16,5% apresentado no gráfico 15, entretanto, considerando que se trata da primeira estimativa de safra do ano, em que se baseia em áreas plantadas, considerou-se apenas parte do efeito da agropecuária no PIB.

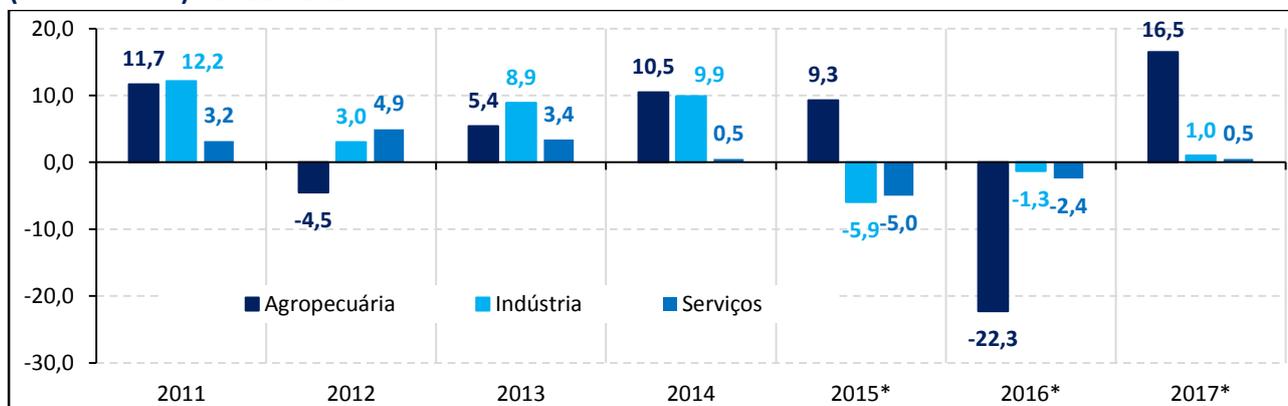
Indústria: projeta-se crescimento de 1,0% para 2017, que será impulsionado pelos investimentos previstos

No caso do setor industrial, destaca-se o volume de investimentos previstos como principal variável de dinamização do setor. Os investimentos previstos na ordem de R\$ 9,2 bilhões, concentrados principalmente em infraestrutura, podem impactar na indústria da Construção. Considerando apenas parte do efeito relacionado aos investimentos em andamento, estima-se recuperação do setor industrial. Soma-se a isso, a expectativa de que as novas regras do programa Minha Casa Minha Vida melhore o dinamismo da Construção Civil no segundo semestre do ano.

Serviços: Projeta-se resultado positivo de 0,5% em 2017

Para o setor de Serviços, projeta-se resultado positivo de 0,5% em 2017. É verdade que o primeiro semestre do ano ainda será impactado negativamente pela redução da massa de rendimentos real ocasionada pela série de demissões ao longo dos dois últimos anos, porém espera-se retomada do crescimento no setor a partir do segundo semestre de 2017.

Gráfico 12. Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2017



Fonte: IBGE; IMESC (*) Elaboração própria

- O setor de Serviços deverá responder ao cenário mais otimista da economia nacional e estadual e à massa de rendimentos geradas pela melhora dos demais setores da economia.
- Soma-se a isso, o processo de desinflação da economia, que propiciou a redução da taxa básica de juros e, por consequência, os bancos anunciaram redução das taxas de juros das linhas de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Deste modo, a realização de investimentos públicos e privados, a expectativa de retomada da economia nacional no segundo semestre e a fraca base de comparação anterior da economia estadual, proveniente de dois anos seguidos de queda no PIB, são apontados como os principais fatores que dão suporte para a projeção de crescimento real de 2,7% no ano.

3.2 Comércio Exterior e Movimentação Portuária

3.2.1 Movimentação Portuária

Aumento da produção agrícola brasileira deve elevar volume de cargas movimentado pelo complexo portuário maranhense em 2017

A movimentação de carga do complexo portuário maranhense, em 2016, totalizou 166,1 milhões de toneladas, crescimento de 17,8 milhões toneladas (12,0%) em relação ao ano de 2015. Não obstante, o valor movimentado, de US\$ 12,1 bilhões, registrou redução de US\$ 1,8 bilhões (-13,0%) em relação à corrente de comércio registrada em 2015. Esta, deu-se em função de os principais produtos exportados, o *Minério de Ferro e Derivados, Cobre, Alumina Calcinada, Pasta de Celulose, Soja e Milho* (que juntos respondem por 80,4% do valor e 95,5% da quantidade movimentada), terem apresentado forte depreciação nas respectivas cotações internacionais até o terceiro trimestre de 2016.¹⁴

- Em janeiro de 2017, a movimentação no complexo portuário maranhense continua crescente em relação ao mesmo período do ano anterior e somou US\$ 1,1 bilhões (+105,8%) e 13,1 milhões de toneladas (+15,6%). A melhora deu-se sobretudo via aumento da quantidade exportada do Pará, com 12 milhões de toneladas (+19,1%), e do volume total movimentado pelo Maranhão que somou 974,8 mil toneladas (+43,4%).
- A expectativa de aumento da safra de grãos este ano, junto a elevação dos preços do minério de ferro com possível redução dos custos de transporte e aumento da extração em território nacional deverão refletir na movimentação portuária maranhense de 2017, elevando a lucratividade do complexo e também a receita do Estado em arrecadação tributária sobre as importações e comércio interestadual.

Tabela 14. Movimentação do Complexo Portuário Maranhense por Unidades da Federação de 2016* e 2017* (valores em US\$ milhões (FOB), Quantidade em 1000/ton. e Variação em %)

Estado de Origem/Destino	2016*					2017*					Var. Corrente Comercial (%)
	Exportações		Importações		Corrente Comercial A+B	Exportações		Importações		Corrente Comercial A+B	
	Valor (A)	Qtd.	Valor (B)	Qtd.		Valor (A)	Qtd.	Valor (B)	Qtd.		
Maranhão	143,0	482,8	59,0	197,2	202,0	153,0	449,9	154,9	524,9	307,9	52,4
Pará	280,4	9.735,1	2,3	49,1	282,6	809,8	12.036,6	0,0	0,0	809,8	186,5
São Paulo	45,9	278,5	0,4	2,0	46,3	0,0	0,0	2,8	12,8	2,8	-94,0
Piauí	13,4	40,8	0,6	1,7	14,0	0,0	0,0	4,2	14,5	4,2	-70,1
Tocantins	2,1	11,5	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-99,3
Mato Grosso	0,8	4,7	0,7	2,8	1,5	0,0	0,0	4,3	15,8	4,3	184,7
Outros¹	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	4,4	10,6	4,4	6.246,0
Total Geral	487,6	10.564,9	63,0	252,7	550,6	962,8	12.486,5	170,6	578,5	1.133,4	105,8

Fonte: MDIC

*referente ao mês de janeiro

¹⁴ Ver nota de Comércio Exterior Referente ao ano de 2016, v.1, 2017. Disponível para acesso em: <http://imesc.ma.gov.br/>

3.2.2 Comércio Exterior

Expectativas são otimistas para as exportações de minério de ferro e soja em 2017

A balança comercial maranhense registrou, em 2016, superavit de US\$ 108,2 milhões, evento que não ocorria desde 2008. Contudo, esse saldo positivo decorreu da queda nas importações totalizadas em US\$ 2,1 bilhões (-42,0%) em maior proporção do que as exportações que somaram US\$ 2,2 bilhões (-27,6%).

Tabela 15. Evolução da Corrente de Comercio Maranhense de 2010-2017* (Valores em FOB US\$ milhões e Variação em %)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	2.920,3	-	-3.817,1	-	-896,8	6.737,4	-
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2016	2.209,8	-27,6	-2.101,6	-42,0	108,2	4.311,4	-35,4
2016*	147,5	-	-62,4	-	85,2	209,9	-
2017*	156,0	5,7	-160,0	156,4	-4,0	316,0	50,5

Fonte: MDIC *Referente ao mês de janeiro

As *commodities* agrícolas foram os produtos com maior redução na quantidade vendida para o exterior em 2016. Esses produtos foram impactados, sobretudo, pelo efeito do *El Niño* na agricultura maranhense, conforme ilustra a **Tabela 16**. Os prejuízos somaram perda de 930 mil toneladas exportadas. As exportações do Complexo Ferro também foram menores e somaram cifra de US\$ 203 milhões (-27,7%) e 896,7 mil toneladas (-21,8%).

Tabela 16. Principais Produtos presentes na Pauta de Exportações Maranhenses de 2015 a 2017* (Valores em US\$ milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.)

Produtos	2015		2016		Cresc (%) 2016*/2015*		2016*		2017*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	3.050,2	8.802,4	2.209,8	7.317,2	-27,6	-16,9	147,5	486,0	156,0	451,0
Alumina Calcinada	1.062,3	3.651,0	899,0	3.751,8	-15,4	2,8	66,6	308,5	106,8	328,1
Complexo Soja	701,5	1.805,1	381,4	1.011,6	-45,6	-44,0	3,7	10,0	0,0	0,0
Soja, mesmo triturada	691,9	1.781,2	355,1	941,6	-48,7	-47,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Resíduos e "pellets" de soja	9,6	23,9	26,2	70,0	173,0	192,9	3,7	10,0	0,0	0,0
Óleo de Soja ¹	0,0	0,0	76,9	60,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pasta de Celulose	722,3	1.359,4	581,4	1.383,1	-19,5	1,7	64,0	119,2	45,9	121,8
Complexo Ferro	281,5	1.146,1	203,4	896,7	-27,7	-21,8	5,5	30,3	0,0	0,0
Ferro Gusa	281,5	1.146,1	196,9	881,1	-30,0	-23,1	5,5	30,3	0,0	0,0
Semimanuf. de Ferro/Aço	0,0	0,0	6,5	15,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Milho	130,0	741,3	22,0	131,4	-83,1	-82,3	1,7	9,9	0,0	0,0
Algodão Debulhado	38,7	25,9	47,4	31,3	22,7	21,0	2,2	1,3	0,9	0,5
Complexo Bovino	28,5	9,4	32,8	11,2	14,8	19,2	1,8	0,4	1,7	0,4
Boi em pé	12,3	3,2	8,9	5,5	-27,5	72,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Carnes Congeladas	12,6	5,4	17,2	4,2	36,4	-23,0	1,3	0,3	1,4	0,3
Couros	3,6	0,7	6,3	1,4	74,1	86,5	0,5	0,1	0,1	0,0
Complexo Ouro²	50,1	1,6	0,0	0,0	-100,0	-100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	35,3	62,6	49,0	115,7	38,9	85,0	2,0	6,5	0,7	0,3

Fonte: MDIC *Referente ao mês de janeiro

No que tange às importações estaduais, conforme a **Tabela 17**, comparando-se 2016 com 2015, houve queda no valor importado de US\$ 1,5 bilhões (-42,0%), refletindo a queda de 54,5% na categoria Combustíveis e Lubrificantes, que no último ano representavam 58,3% do total das importações. A redução na rubrica de Combustíveis e Lubrificantes em 2016 deu-se por dois motivos: 1) mudanças na atuação da Petrobras que antes monopolizava as importações do produto e agora possibilitou abertura do mercado à outras empresas e; 2) em função do início da produção do derivado na Refinaria Abreu e Lima, em Suape-PE, que atende parcela significativa da demanda do Nordeste, reduzindo as importações do *hub* de São Luís.

Tabela 17. Pauta Anual das Importações maranhenses por Categoria de Uso de 2015 a 2017*, participação do total e variação (Valores em FOB US\$ milhões e Participação e Variação em %)

CATEGORIA	2015		2016		Var % 16/15	2016*		2017*		Var % 17/16
	US\$	%	US\$	%		US\$	%	US\$	%	
Total	3.620,7	100,0	2.101,6	100,0	-42,0	62,4	100,0	160,0	100,0	156,4
Bens de Capital	165,4	4,6	114,7	5,5	-30,7	0,8	1,2	2,9	1,8	276,1
Bens de Capital	51,3	1,4	93,9	4,5	82,9	0,8	1,2	2,9	1,8	276,1
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	114,1	3,2	20,8	1,0	-81,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bens Intermediários	741,4	20,5	739,9	35,2	-0,2	57,1	91,6	92,2	57,6	61,3
Insumos Industriais	709,0	19,6	714,5	34,0	0,8	56,0	89,7	91,5	57,2	63,5
Alimentos e Beb destinados à Ind	23,7	0,7	21,7	1,0	-8,2	0,0	0,1	0,4	0,3	1.126,0
Peças e Acess. Equip. de Transporte	8,7	0,2	3,7	0,2	-57,5	1,1	1,8	0,2	0,1	-80,8
Bens Diversos	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bens de Consumo	18,7	0,5	20,7	1,0	10,9	1,2	2,0	1,3	0,8	9,5
Bens de Consumo Duráveis	15,5	0,4	19,9	0,9	28,7	1,2	1,9	1,2	0,7	1,9
Bens de Consumo Não Duráveis	3,2	0,1	0,8	0,0	-75,6	0,1	0,1	0,2	0,1	155,3
Combustíveis e Lubrificantes	2.695,2	74,4	1.226,2	58,3	-54,5	3,3	5,2	63,6	39,7	1.844,5

Fonte: MDIC *Referente ao mês de janeiro

- Nos Bens Intermediários, as maiores quedas advieram dos Fertilizantes, que tiveram volume de compras reduzido em 15,0% e também redução nos seus preços internacionais, explicando a queda de 34,7% no valor. Ressalta-se que a demanda por fertilizantes está vinculada à produção agrícola regional, que foi prejudicada em 2016, devido ao impacto da seca.

Tabela 18. Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2016 a 2017*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton. e Var (%)

Produtos	2016		2016*		2017*		Var. 2017*/2016*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)
Combustíveis e Lubrificantes	1.164,33	3.855,79	3,27	27,29	63,59	302,53	1.844,4	1.008,5
Coque de Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Diesel	596,70	1.530,51	1,70	4,45	37,63	87,43	2.115,2	1.865,7
Outras Gasolinas ¹	505,75	1.236,75	0,00	0,00	12,75	29,35	0,0	0,0
Hulha betuminosa	61,89	1.088,53	1,57	22,84	13,21	185,76	740,6	713,2
Álcool/Etanol	324,63	530,95	13,51	22,70	63,54	100,27	370,4	341,6
Fertilizantes	228,20	987,65	19,02	63,23	15,81	60,49	-16,9	-4,3
Diidrógeno-Ortofosfato de Amônio	75,60	221,52	10,74	31,31	10,82	35,29	0,8	12,7
Cloretos de Potássio	67,93	319,54	1,04	4,17	2,43	11,50	134,0	176,0
Superfosfatos	46,21	246,89	0,00	0,00	1,98	10,70	0,0	0,0
Ureia	38,46	199,70	7,24	27,75	0,58	3,00	-92,0	-89,2
Outros Produtos	384,44	1.382,76	3.584,92	8.506,25	1.958,66	6.293,85	-45,4	-26,0
Total Importado	2.101,60	6.757,15	3.620,72	8.619,47	2.101,60	6.757,15	-42,0	-21,6

Fonte: MDIC *referente ao mês de janeiro

Em 2017, no mês de janeiro, o saldo foi deficitário em US\$ 4 milhões, ilustrando a retomada no valor das importações estaduais, que cresceram 156,4% em relação ao mesmo período do ano anterior e somaram US\$ 160 milhões, ultrapassando o valor de US\$ 156 milhões (+5,7%) registrado nas exportações do Estado, que também cresceram.

- As exportações de janeiro somaram US\$ 156 milhões (+5,8%) e 451 mil toneladas (-7,2%), maiores em valor e mais fracas em diversificação e quantidade do que o mesmo período do anterior.
- Outro diferencial negativo para o mês de janeiro refere-se ao Ferro Gusa, que se tem notícia do fechamento das guserias Vale do Pindaré e Guarani, para o mês de fevereiro. As duas empresas estão instaladas no município de Açailândia, o que pode ter afetado parte das exportações do produto, que não registrou saída para o mês.
- As exportações de Celulose ilustram a desvalorização recente dos preços via aumento da oferta global, que mesmo com aumento na quantidade exportada para 121,8 mil/t (+2,2%), apresentou queda no valor para US\$ 45,9 milhões (-28,3%), contudo, espera-se que os preços médios de 2017 devem ficar levemente superior a 2016.
- O incremento do valor exportado deu-se em função do crescimento das vendas de Alumina Calcina, que se deu tanto na quantidade 451 mil/t (+6,35%), como sobretudo no valor US\$ 106,8 milhões (+60,4%), ilustrando a apreciação da *commodity* no mercado internacional.
- A diferença quantitativa entre os dois períodos deu-se na exportação do Complexo de Ferro e de Soja, que somaram em 2016 não menos que 30,3 mil/t e 10 mil/t, respectivamente. Contudo, espera-se que as exportações estaduais de ambos complexos sejam superiores em 2017, e deverá registrar saída para mercado internacional nos próximos meses.¹⁵
- Também se espera maior diversificação dos produtos para o ano corrente, sobretudo no Complexo Bovino, que apresentou crescimento nas vendas para o exterior de carnes e couros. Para o setor de carne, também foi anunciada a instalação da empresa Origine Group, especialista em produção de algodão, café e carne, que deverá atuar na produção de carnes do tipo *premium* no município de Estreito. A empresa já está qualificando mão de obra (cerca de 2 mil pessoas) para operar no processamento de alimentos.

Diferente dos resultados do comparativo 2016/2015, no resultado do mês de janeiro de 2017, comparado com o do ano anterior, todas as categorias de uso apresentaram crescimento no valor importado, com destaque para *Combustíveis e Lubrificantes*, que registraram crescimento de 36,4 milhões, sinalizando possível crescimento da pauta importadora do Estado neste ano.

No caso dos Bens de Capital, as principais importações do mês foram Equipamentos Digitais para Controle Ferroviário (US\$ 1,1 milhões) e Materiais Fixos de Vias Férreas (US\$ 297,8 mil), para uso da Vale S/A. Destaca-se também a importação de *Lingoteiras de Fundição* no valor de US\$ 82,5 mil, que se destina a produção de lingotes metálicos na indústria siderúrgica.

- Na abertura por produtos, observa-se que em janeiro de 2017, em relação com o mesmo mês de 2016, o produto que mais cresceu dentro de *Combustíveis e Lubrificantes* foram as compras de Diesel que somaram US\$ 37,6 milhões e 87,4 mil ton.
- Nos demais produtos, que constituem Bens Intermediários, houve aumento nas compras de Álcool/Etanol para a cifra de US\$ 63,5 milhões e 100,3 mil toneladas; por outro lado houve redução nas compras de Fertilizantes que registrou cifra de 15,8 milhões (-16,9%) e 60,5 mil toneladas (-4,3%).
- A queda no Valor das importações de fertilizantes deu-se pela diferença no preço internacional da *commodity* que vem apresentando tendência de queda desde 2014, enquanto a redução na

¹⁵ Segundo a EMAP, as embarcações de soja maranhense tiveram início no mês de fevereiro.

quantidade decorre de o período de safra já ter ocorrido, ou seja, parte das compras para a safra que deverá registrar exportação no início desse ano, foram executadas no final de 2016.

As expectativas para o comércio exterior em 2017 são de elevação das exportações, impulsionadas principalmente pela produção de soja, que se projeta recorde na safra maranhense, e pelo melhor preço das *commodities*, sobretudo do minério de ferro e alumina calcinada, que inclusive poderão encontrar incentivos para ampliação da produção no possível crescimento da demanda dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, as expectativas positivas para o Gusa e Semimanufaturados de Ferro/aço são impulsionadas pela compra de equipamentos para a produção de lingotes metálicos, apesar do fechamento de empresas em Açailândia. Da mesma forma espera-se crescimento no complexo bovino, com maior adensamento da cadeia produtiva visando o mercado de Hong Kong para carnes e a especialização da produção de couro.

Para as importações, também se espera crescimento, sobretudo na rubrica de Combustíveis e Lubrificantes e em Fertilizantes, com expectativa de crescimento da demanda interna por esses produtos. O mesmo refere-se às compras de Bens de Capital, que devem ampliar em função dos investimentos esperados para o Estado.

3.3 Mercado de Trabalho

Maranhão registra fechamento de 2,1 mil postos de trabalho em janeiro de 2017, apesar disso, foi o quarto mês consecutivo de atenuação na deterioração do emprego formal

Dentre os Estados do Nordeste, observa-se que todos apresentaram saldo negativo de emprego celetista no ano 2016. Observa-se que o Maranhão ocupou a sexta posição, considerando classificação crescente de demissões líquidas (7,5% das demissões líquidas). Destaca-se que a Bahia ocupou a última posição, concentrando aproximadamente um terço do fechamento de vagas do Nordeste.

Tabela 19. Estados do Nordeste: Geração de Emprego formal em 2015, 2016, saldo janeiro* 2016 e 2017; e variação absoluta

Localidade	2015	(a)	2016 (b)	jan/16	jan/17	Var. absoluta (b-a)
Nordeste	-251.260		-241.919	-33.411	-40.803	9.341
1º Paraíba	-14.971		-11.869	189	-6.438	3.102
2º Alagoas	-4.303		-12.094	-1.942	-6.706	-7.791
3º Piauí	-2.140		-12.885	-2.309	-451	-10.745
4º Sergipe	-4.933		-15.506	-421	-613	-10.573
5º Rio Grande do Norte	-11.929		-15.977	-2.944	-2.955	-4.048
6º Maranhão	-15.351		-18.210	-3.241	-2.149	-2.859
7º Ceará	-34.336		-37.392	-8.146	-7.436	-3.056
8º Pernambuco	-87.207		-48.752	-13.410	-13.910	38.455
9º Bahia	-76.090		-69.234	-1.187	-145	6.856

Fonte: CAGED - MTE *Sem ajustes

No ano 2016 foram registradas 18,2 mil demissões líquidas, o que configura queda de 2,8 mil vagas em relação ao saldo registrado em 2015. Por outro lado, considerando o segundo semestre de 2016, nota-se atenuação de 2,2 mil vagas em relação ao mesmo período de 2015.

No recorte setorial, somente a Administração Pública (+230), apresentou desempenho positivo. Destaca-se que o saldo anual do emprego formal foi influenciado principalmente pela contribuição negativa da Construção Civil (12,4 mil demissões líquidas).

- Quando comparados os resultados de 2016 em relação a 2015, nota-se que, enquanto o setor Serviços atenuou as demissões líquidas em relação a 2015 em 4,6 mil vagas, na Construção Civil intensificou-se, com o registro de sete mil demissões líquidas a mais.
- Nos Serviços (-316), a atenuação foi proveniente das atividades *Serviços médicos, odontológicos e veterinários* (+4,5 mil) e *Alojamento, Alimentação, etc.* (+4 mil).
- Já a Construção Civil continua sendo o setor com maior número de desligamentos líquidos ao longo do ano, em boa medida, devido ao fato de o nível de emprego das *Obras de Infraestrutura* (-6,8 mil) não ter mantido o patamar de 2015 (+4,2 mil).

Tabela 20. Maranhão: Geração de emprego formal 2015 e 2016, segundo subsetores de atividade; Saldos anuais (2015 e 2016), Saldos mensais (2016 e 2017*) e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Geração de empregos		Janeiro*		Variação absoluta (b - a)
	2015	2016	2016	2017	
Total	-15.446	-18.210	-3.241	-2.149	-2.764
Extrativa Mineral	-731	-101	-56	-6	630
Ind. de Transformação	-1.767	-2.358	-238	-212	-591
Ind. de prod. minerais não metálicos	-497	-1.019	-61	-16	-522
Ind. metalúrgica	-824	-374	19	0	450
Ind. mecânica	-102	298	3	148	400
Ind. química de prod. farm. vet.	-176	-411	-14	-23	-235
Ind. têxtil do vestuário e tecidos	-42	-122	7	-17	-80
Ind. de alimentos e bebidas	224	-443	-201	-262	-667
Outras indústrias	-350	-287	9	-42	63
SIUP ¹⁶	564	-358	-20	-13	-922
Construção civil	-5.325	-12.362	-2.048	-1.310	-7.037
Construção de edifícios	-9.110	-4.773	-576	-386	4.337
Obras de infraestrutura	4.250	-6.829	-1.389	-908	-11.079
Serviços espec. para construção	-465	-760	-83	-16	-295
Comércio	-1.195	-2.488	-861	-603	-1.293
Comércio varejista	-333	-2.577	-822	-615	-2.244
Comércio atacadista	-862	89	-39	12	951
Serviços	-5.135	-524	245	-7	4.611
Inst. de crédito, seg.	-43	-172	37	9	-129
Com. e adm. de imóveis, valores	3.285	828	449	388	-2.457
Transportes e comunicações	-840	-765	-282	-103	75
Alojamento, alimentação, etc.	-6.297	-2.201	18	-386	4.096
Serv. médicos, odont. e vet.	-2.448	2.076	95	138	4.524
Ensino	1.208	-290	-72	-53	-1.498
Administração Pública	-21	230	-43	-57	251
Agropecuária	-1.836	-249	-220	59	1.587

Fonte: CAGED – MTE. *Saldo sem ajustes

- O setor Comércio (-2,5 mil) foi o segundo segmento que mais demitiu liquidamente em 2016, marcando uma intensificação de aproximadamente 1,3 mil desligamentos líquidos em relação ao ano 2015: resultado que deriva basicamente das demissões observadas no *Comércio Varejista* (-2,6 mil). Um destaque positivo foi o fato de o *Comércio Atacadista* (+89) ter revertido o quadro de demissões para contratações líquidas em 2016.

¹⁶ Serviços Industriais de Utilidade Pública

- Considerando a referência mensal, o Estado registrou 2,1 mil demissões líquidas no mês de janeiro de 2017, apesar disso, houve uma atenuação de aproximadamente mil vagas em relação a janeiro de 2016. O resultado configura-se no quarto mês consecutivo de atenuação na deterioração do emprego formal.

Municipal

No acumulado de 2016, as maiores demissões líquidas nos municípios maranhenses foram registradas no setor da Construção Civil, predominantemente na Região Metropolitana de São Luís e ao longo do traçado da Estrada de Ferro Carajás

A **Tabela 21** apresenta o comportamento do emprego formal dos municípios maranhenses em 2016, por subsetores de atividade econômica, em 2016. Dentre os municípios que mais geraram empregos formais, estão: Imperatriz (+490), Campestre do Maranhão (+122), Presidente Dutra (+115), Paulino Neves (+113) e Bacabeira (+111).

- Imperatriz: o setor Serviços (+1,5 mil) vem contribuindo para o saldo positivo do emprego formal no município, em especial o segmento de *teleatendimento*, que contabilizou a contratação líquida de 1,6 mil trabalhadores com carteira assinada em 2016.
- Campestre do Maranhão: o setor da Agropecuária teve bom desempenho, com destaque para a atividade *cultivo de cana-de-açúcar* (+108)
- Bacabeira, Paulino Neves e Presidente Dutra: o setor da Construção foi o responsável pelas maiores admissões líquidas no acumulado de 2016. Em Bacabeira, destaca-se o segmento *Construção de rodovias e ferrovias* (+255 empregos formais), enquanto que, em Paulino Neves e Presidente Dutra, a atividade *Construção de edifícios* (103 e 40 postos, respectivamente) foi preponderante para criação de emprego formal no setor.

Tabela 21. Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação em 2016* (CAGED ajustado)

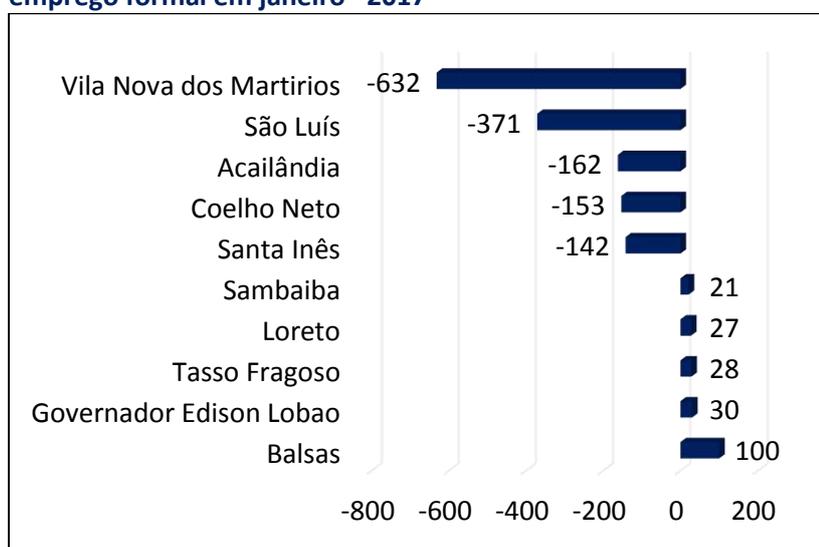
Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
	Total	-101	-2.358	-358	-12.362	-2.488	-524	230	-249	-18.210
1º	Imperatriz	-22	-121	-10	-405	-415	1.503	-3	-37	490
2º	Campestre do Maranhão	0	13	0	0	-12	2	0	119	122
3º	Presidente Dutra	0	-38	-5	89	-39	74	0	34	115
4º	Paulino Neves	0	0	-2	110	-5	10	0	0	113
5º	Bacabeira	13	-162	0	256	-14	5	0	13	111
6º	São Joao dos Patos	-1	-11	-1	134	-15	1	0	-3	104
7º	Codó	-1	-5	0	55	42	22	0	-16	97
8º	Itinga do Maranhão	-3	30	0	3	-19	-9	0	95	97
9º	Buriti	0	0	0	0	-1	5	0	86	90
10º	Santa Luzia	0	0	1	3	18	8	0	51	81
208º	Lima Campos	0	-10	0	-368	-2	-3	0	1	-382
209º	Timon	0	-205	-4	-435	468	-239	0	2	-413
210º	Vila Nova dos Martírios	0	-22	0	-591	-3	2	0	33	-581
211º	Urbano Santos	0	0	-1	-529	-21	-25	0	-36	-612
212º	Balsas	0	-146	-3	-149	-197	-69	0	-116	-680
213º	São José de Ribamar	-3	-49	13	-186	57	-580	0	-1	-749
214º	Paco do Lumiar	1	-7	-17	-164	-236	-350	0	13	-760
215º	Santa Inês	0	-65	-7	-610	-110	-48	0	8	-832
216º	Açailândia	0	-448	-10	-2.266	-311	-257	0	-329	-3.621
217º	São Luís	-70	-195	-227	-6.659	-1.545	-548	247	154	-8.843

Fonte: CAGED – MTE. *acumulado até dezembro (ajustado até dezembro).

Dentre os municípios com maiores saldos negativos no acumulado de 2016, destacam-se: São Luís (-8,8 mil), Açailândia (-3,6 mil), Santa Inês (-832), Paço do Lumiar (-760) e São José de Ribamar (-749).

- São Luís, Açailândia e Santa Inês: as maiores demissões líquidas foram registradas no setor da Construção Civil. Na Capital, as demissões líquidas sofreram influência principalmente da atividade *Construção de edifícios* e *Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas*, que fecharam 3,9 mil e 1,3 mil postos de trabalho, respectivamente. Em Açailândia, o segmento *Construção de obras de arte especiais* registrou 1,9 mil demissões líquidas, enquanto que em Santa Inês a atividade *Construção de rodovias e ferrovias* (-527) foi principal responsável pelas demissões líquidas.
- São José de Ribamar e Paço do Lumiar: as demissões líquidas mais expressivas foram verificadas no setor de Serviços, com predominância nos segmentos *Limpeza em prédios e em domicílios* (-637) e *Associações de defesa de direitos sociais* (-260), respectivamente.

Gráfico 13. Municípios Maranhenses: maiores e menores saldos do emprego formal em janeiro* 2017



No que se refere ao resultado do saldo do emprego formal em janeiro de 2017, Balsas registrou o maior saldo positivo de empregos formais dentre os municípios maranhenses, resultado proveniente das atividades ligadas aos setores do Comércio (+83) e Agropecuária (+57). Em contraponto, o setor da Construção continua registrando demissões, com predominância em Vila Nova dos Martírios (-614) e São Luís (-422).

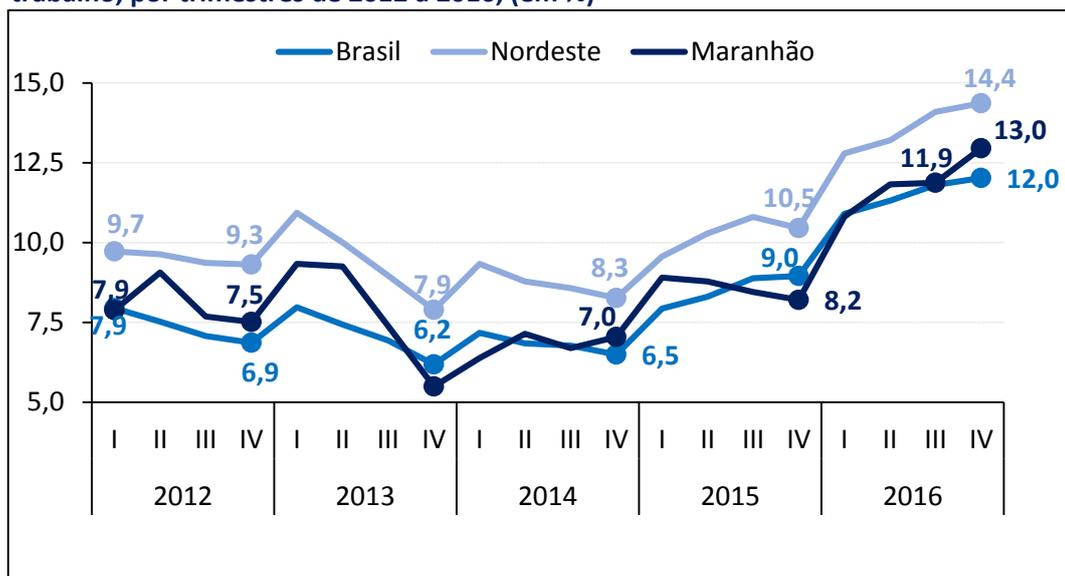
Fonte: Fonte: CAGED - MTE. *sem ajuste.

Taxa de desocupação do Maranhão registra alta pelo quarto trimestre consecutivo, alcançando o recorde (13,0%) da série iniciada em 2012

Taxa de desocupação maranhense atinge 13,0% e acompanha trajetória ascendente no quarto trimestre de 2016, superando o patamar da taxa nacional (12,0%), mas situando-se abaixo da média nordestina (14,4%).

- Ao longo de 2016, as taxas de desocupação do Brasil, Nordeste e Maranhão se elevaram sucessivamente, evidenciando que o baixo dinamismo da economia brasileira reflete negativamente no mercado de trabalho.

Gráfico 14. Brasil, Nordeste e Maranhão: taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2016, (em %)



Fonte: PNADc/IBGE

Quarto trimestre de 2016 marca queda de 10,1% do número de ocupados no Maranhão, com predominância no grupamento Agropecuária (-29,4%), na comparação com o último trimestre de 2015

No Maranhão foram registrados cerca de 2,364 milhões de ocupados no quarto trimestre de 2016, apontando para uma diminuição de 266 mil ocupados em relação ao mesmo trimestre de 2015.

- Observa-se que no quarto trimestre de 2016, dentre os grupamentos de atividades, aqueles que apresentaram maior retração no volume de ocupados foram a Agropecuária (-29,4%) e a Construção (-11,9%). Em contraponto, alguns grupamentos de atividade foram destaques em termos de crescimento do número de ocupados no Estado, em relação ao mesmo período de 2015: Alojamento e alimentação (+15,5%), Comércio, reparação de veículos (+2,6%) e Transporte, armazenagem e correio (+2,2%).

Tabela 22. Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2012 a 2016 no Maranhão, em mil pessoas, Variação Absoluta, Taxa de crescimento e participação (%)

Grupamentos de Atividade	2014	2015	4º trimestre		Var. Abs (b-a)	Tx Cresc 16/15 (%)	Partic. (%)
			2015 (a)	2016 (b)			
Total	2.627	2.630	2.630	2.364	-266	-10,1	100,0
Agropecuária	658	676	676	477	-199	-29,4	20,2
Indústria	178	156	156	145	-11	-7,1	6,1
Indústria de transformação	146	126	126	116	-10	-7,9	4,9
Construção	256	269	269	237	-32	-11,9	10,0
Comércio, reparação de veículos	548	533	533	547	14	2,6	23,1
Serviços e Administração Pública	985	994	994	958	-36	-3,6	40,5
Transporte, armazenagem e correio	92	91	91	93	2	2,2	3,9
Alojamento e alimentação	86	103	103	119	16	15,5	5,0
Inf., com., ativ. fin, imob. e adm.	122	104	104	92	-12	-11,5	3,9
Outros serviços	86	97	97	97	0	0,0	4,1
Serviços domésticos	159	159	159	148	-11	-6,9	6,3
Adm. pública, educação e saúde	440	440	440	409	-31	-7,0	17,3
Atividades mal definidas	1	1	1	0	-1	-1,0	0,0

Fonte: PNADc/IBGE

Quanto ao número de ocupados, no Maranhão houve um forte recuo comparando-se o quarto trimestre de 2016 ao mesmo período de 2015. Entre os 266 mil trabalhadores que perderam suas ocupações no Maranhão em 2016, 199 mil (75%) se encontravam nas atividades Agropecuárias e sofreram o impacto da forte estiagem, com predominância nos segmentos cultivo de Mandioca (-109,6 mil) e cultivo de Arroz (-28,2 mil). Entre os demais grupos de atividade, somente o Comércio (+14 mil) registou aumento no número de ocupados, em especial nos segmentos *Produtos alimentícios, bebidas e fumo* (+8,9 mil) e *Manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios* (+5,3 mil).

A tabela 23 ilustra a distribuição do número de ocupados, segundo a posição na ocupação e categorias de emprego no Maranhão e no Brasil. Conforme se verifica, há um comportamento de queda no emprego celetista mais acentuado no plano estadual do que no nacional, comparando-se o quarto trimestre de 2016 ao mesmo período de 2015. No Maranhão, os segmentos dos trabalhadores sem carteira (+1,2%) e dos empregados (+51,4%) foram os que registraram maior crescimento na comparação com o quarto trimestre de 2015.

No tocante ao grupo dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no Maranhão, a abertura dos micro dados mostra que o crescimento do indicador se deve à estiagem observada ao longo de 2016, que contribuiu para deslocar uma parcela dos trabalhadores por conta própria do setor agropecuário (-163,2mil), principalmente do cultivo de mandioca, para o trabalho assalariado sem carteira (+10,1 mil), especialmente na pecuária bovina e cultivo de milho.

Tabela 23 - Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2012 a 2016* - MA e BR

Posição na ocupação - Brasil	2014	2015	2015		2016		Tx. Cresc (b/a)	
			3º tri	4º tri (a)	3º tri	4º tri (b)		
Total da ocupação (Em mil)	92.875	92.245	92.090	92.245	89.835	90.262	-2,1	
Porcentagem (%)	Empregados c/ CLT privados	38.427	37.491	37.307	37.491	36.139	35.951	-4,1
	Empregados e Servidores públicos	11.607	11.324	11.547	11.324	11.329	11.250	-0,7
	Trabalhadores s/ Carteira	14.545	14.226	14.298	14.226	14.363	14.679	3,2
	Conta Própria	21.765	22.913	22.232	22.913	21.854	22.129	-3,4
	Trabalhador Aux. Familiar	2.591	2.336	2.652	2.336	2.066	2.107	-9,8
	Empregadores	3.941	3.956	4.056	3.956	4.082	4.146	4,8
Posição na ocupação - Maranhão	2014	2015	3º tri	4º tri (a)	3º tri	4º tri (b)	Tx. Cresc (b/a)	
Total da ocupação (Em mil)	2.627	2.630	2.641	2.630	2.368	2.364	-10,1	
Porcentagem (%)	Empregados c/ CLT privados	504	450	473	450	434	425	-5,6
	Empregados e Servidores públicos	385	377	379	377	367	341	-9,5
	Trabalhadores s/ Carteira	466	497	494	497	517	503	1,2
	Conta Própria	1.073	1.128	1.085	1.128	899	931	-17,5
	Trabalhador Aux. Familiar	153	141	163	141	103	108	-23,4
	Empregadores	47	37	47	37	48	56	51,4

Fonte: PNADc/IBGE

Rendimento médio real da população ocupada no Maranhão registra alta em 2016, contrastando com o indicador nacional

No que se refere à massa de rendimentos reais, observou-se no Maranhão queda de 1,9% em 2016, com relação ao ano anterior. Considerando-se o balanço anual, o país registrou em 2016 queda de 3,5% em relação ao ano 2015. No panorama estadual também houve:

- Em relação ao rendimento médio real, no Maranhão, o indicador marcou um crescimento de 1,93%, comparando-se o ano 2016 em relação a 2015. Tal comportamento pode estar associado, em boa medida, ao fato da queda na ocupação, no recorte setorial, ter ocorrida de maneira distinta entre o Brasil e o Maranhão.
- No plano nacional, registrou-se uma queda de 2,3% no indicador, no ano de 2016, em relação ao ano de 2015. Já na comparação contra o terceiro trimestre, registrou-se crescimento de 0,8%, conforme a sazonalidade do final de ano.
- Enquanto no país, a indústria, setor que abriga ocupados com maiores rendimentos, contabilizou maiores perdas na ocupação, no Maranhão, a agropecuária foi o setor que apresentou maior queda na ocupação, justamente nos segmentos que abrigam menores rendimentos, essa evasão pode ter possibilitado uma valorização do indicador.

Diante do cenário de forte retração no mercado de trabalho maranhense para 2017, os investimentos privados em operação concentram-se nas cadeias produtivas da soja, avicultura e na infraestrutura portuária. Já os investimentos sinalizados pelo Governo do Maranhão direcionam-se principalmente em infraestrutura, através da construção e pavimentação de rodovias, conforme destacado anteriormente na seção de Investimentos; isto, de fato, pode reverter a baixa performance da Construção Civil observada em 2016, que respondeu por mais de 70% das demissões líquidas registradas no Estado.

3.4 Finanças Públicas

3.4.1 Receitas Estaduais

Receitas do Governo do Maranhão crescem 6,8% em 2016, creditado ao significativo desempenho das Receitas Tributárias e dos recursos advindos do Programa de Repatriação do Imposto de Renda

No ano de 2016, a Receita Total do Governo do Maranhão alcançou a cifra de R\$ 16.640,3 milhões, que descontada a inflação, representa crescimento real de 6,8%, creditado principalmente ao bom desempenho das Receitas Tributárias Próprias (crescimento real de 7,7% e variação de R\$ 517,1 milhões) e ao recebimento do recurso do Programa da Repatriação do Imposto de Renda, referente a multas e impostos recolhidos (R\$ +568,9 mi), que resultaram em um crescimento real das Transferências Correntes de 6% (R\$ +489,6 mi). Sem a contabilização dos recursos da repatriação, no entanto, as transferências teriam registrado retração de 1% (R\$ -79,6 milhões) e as Receitas Totais do Estado teriam registrado um crescimento real de 3,1% (R\$ +484,8 milhões) **(Tabela 24)**.

- O recurso da repatriação e das multas foi recebido por meio do FPE, resultando em um crescimento real de 4,5% desta transferência. Sem a contabilização das receitas extraordinárias advindas da repatriação, teria registrado um recuo de 4,8%. A transferência para o FUNDEB, segunda maior Transferência Corrente, registrou recuo real de 0,4% em 2016.
- Embora o nível de dependência fiscal tenha se mantido praticamente estável em 2016 (56,3%), em comparação a 2015 (56,6%), descontados os recursos extraordinários oriundos da repatriação de capitais, observar-se-ia uma dependência da ordem de 54,7% em 2016.

Tabela 24. Receitas do Estado do Maranhão de 2015 a 2017* (Valores Constantes em R\$ Milhão)

DESCRIÇÃO	2015	2016	2016*	2017*	2016/ 2015	2017* / 2016*	2016- 2015	2017*- 2016*
RECEITA TOTAL	15.586,6	16.640,3	1.377,3	1.090,2	6,8	-20,8	1.053,6	-287,1
RECEITAS CORRENTES	16.411,7	17.477,4	1.513,6	1.244,9	6,5	-17,8	1.065,6	-268,7
Receita Tributária	6.746,5	7.263,6	635,3	544,0	7,7	-14,4	517,1	-91,3
ICMS	5.526,7	6.069,1	563,4	488,7	9,8	-13,3	542,4	-74,7
Receita de Contribuições	577,7	575,6	27,2	0,0	-0,4	-100,0	-2,1	-27,2
Receita de Serviços	293,0	271,0	29,1	23,2	-7,5	-20,4	-22,1	-5,9
Receita Patrimonial	376,4	364,7	38,6	10,1	-3,1	-73,8	-11,7	-28,5
Transferências Correntes	8.206,8	8.696,4	761,4	642,8	6,0	-15,6	48 9,6	-118,5
FPE	6.148,2	6.422,5	515,8	525,4	4,5	1,9	274,4	9,6
Prog. de Repatriação	--	568,9	--	--	--	--	--	--
SUS	374,5	413,3	27,2	42,2	10,3	55,3	38,8	15,0
Fundeb	1.403,0	1.397,7	193,2	45,5	-0,4	-76,5	-5,4	-147,7
Outras Receitas Correntes	211,4	306,1	22,0	24,8	44,8	12,5	94,7	2,8
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.085,0	-2.219,8	-187,7	-180,6	6,5	-3,8	-134,8	7,1
REC. COR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	640,5	599,8	51,1	0,0	-6,4	-100,0	-40,7	-51,1
RECEITAS DE CAPITAL	619,5	783,0	0,2	26,0	26,4	10.457,2	163,5	25,7
Alienação de Bens	0,8	0,7	0,0	0,0	-15,5	-100,0	-0,1	0,0
Operações de Crédito	590,8	573,9	0,0	22,6	-2,9	0,0	-16,9	22,6
Transferências de Capital	26,7	96,7	0,2	2,0	262,7	1.061,0	70,0	1,8
Convenio Federal PAC	21,6	83,2	0,0	2,0	285,4	4.143,5	61,6	1,9
Outras Receitas de Capital	0,0	111,0	0,0	1,4	0,0	0,0	111,0	1,4
Receitas Próprias ¹⁷	8.207,0	8.893,4	752,3	603,5	8,4	-19,8	686,3	-148,9
Receitas Transferidas ¹⁸	8.824,2	9.367,0	761,5	667,4	6,2	-12,4	542,7	-94,1
Nível de Dependência (%) ¹⁹	56,6	56,3	55,3	61,2	--	--	--	--
Rec. Tribut./Rec. Total (%)	43,3	43,7	46,1	49,9	--	--	--	--
ICMS/Rec. Total (%)	35,5	36,5	40,9	44,8	--	--	--	--

Fonte: SEFAZ/MA * janeiro 1. Valores reais inflacionados pelo IPCA até janeiro de 2017.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços – ICMS foi o maior responsável pelo crescimento das receitas tributárias, com um crescimento real de 9,8% em 2016 (R\$ +542,4 milhões). A **Tabela 25** mostra a arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de atividade econômica.

- Nota-se que, em 2016, o Setor Terciário deteve a maior participação (68,8% em 2016), seguido pelo Setor Secundário (28%) e em menor grau, aparece o no ano. (**Tabela 25**).

O Setor Terciário (R\$ + 1,2 bilhões) sustentou o crescimento em 2016, já que o setor secundário registrou variação negativa de R\$ 633,9 milhões e a variação real do Setor Primário foi de apenas R\$+20,5 mi.

- No Setor Terciário, a variação mais significativa ocorreu no grupo de atividade de Combustível R\$ +978,8 milhões).
- Destaca-se também o crescimento do setor atacadista (R\$ +108,8 milhões), varejista (R\$ +50,4 milhões) e de transporte (R\$ +74,8 milhões), que pode ser creditado às medidas implantadas pela Sefaz/MA em 2016²⁰.

¹⁷ Receitas Próprias: Rec. Corrente + Rec. de Capital - Transf. Correntes - Transf. De Capital - Operações de Crédito

¹⁸ Receita Transferida: Transf. Correntes + Transf. de Capital + Operações de Crédito

¹⁹ Nível de Dependência: Rec. Transferidas sobre Rec. Total

²⁰ Tais como: intimação Fiscal realizada pelas empresas que utilizavam indevidamente créditos do imposto; Intimação encaminhada a pessoas físicas que compraram mercadorias com intuito comercial e não recolheram o imposto; Notificação referente a omissão de receitas; Intimação encaminhada a empresas transportadoras de carga que não recolheram o ICMS ou pagaram valor menor do que o devido nas operações; as cobranças realizadas pelas equipes dos postos fiscais e unidades móveis, por meio de Termos de Verificação de Irregularidade (TVI) de empresas que comercializavam mercadorias e apresentavam restrições cadastrais ou irregularidades fiscais; dentre outras.

Tabela 25. Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica: valores em R\$ milhões, Part.%, crescimento e variação absoluta - 2015 e 2016

SETOR ECON.	GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	2015	2016	Part. (%)		Cresc. (%)	Var. abs. (R\$ mi.)
				2015	2016	2016/2015	2016 - 2015
PRIMÁRIO	Agricultura	6,0	5,2	0,1	0,1	-14,2	-0,9
	Pecuária	9,9	28,0	0,2	0,5	182,6	18,1
	Pesca e aquicultura	0,3	0,4	0,0	0,0	14,4	0,0
	Produção florestal	2,5	5,7	0,0	0,1	129,7	3,2
	Primário	18,7	39,2	0,3	0,6	109,4	20,5
SECUNDÁRIO	Combustível	1.551,1	894,6	28,1	14,7	-42,3	-656,5
	Energia elétrica	15,6	27,3	0,3	0,5	75,7	11,8
	Ind. de transformação	748,0	763,0	13,5	12,6	2,0	15,0
	Indústria extrativista	16,3	12,1	0,3	0,2	-26,0	-4,2
	Indústrias - outras	0,5	0,5	0,0	0,0	6,7	0,0
	Secundário	2.331,4	1.697,5	42,2	28,0	-27,2	-633,9
TERCIÁRIO	Combustível	165,9	1.144,7	3,0	18,9	590,1	978,8
	Comércio atacadista	831,5	940,3	15,0	15,5	13,1	108,8
	Comércio varejista	751,8	802,2	13,6	13,2	6,7	50,4
	Energia elétrica	552,4	553,5	10,0	9,1	0,2	1,1
	Outros serviços	61,9	64,1	1,1	1,1	3,6	2,3
	Serv. de comunicação	501,5	451,5	9,1	7,4	-10,0	-50,0
	Serviços de transporte	146,9	221,7	2,7	3,7	50,9	74,8
	Terciário	3.011,8	4.178,0	54,5	68,8	38,7	1.166,2
Não classificados	164,7	154,3	3,0	2,5	-6,3	-10,4	
ICMS TOTAL	5.526,7	6.069,1	100,0	100,0	9,8	542,4	

No setor Primário, destaca-se o crescimento na arrecadação da Pecuária (R\$ +18,1 milhões), em que pese a medida fiscal de identificação de venda de gado sem o pagamento do ICMS, realizada pela Sefaz.

Fonte: SEFAZ/MA 1. Valores reais inflacionados pelo IPCA até janeiro de 2017

No Setor Secundário, por outro lado, a redução mais significativa ocorreu no grupo de atividade de Combustível, mais especificamente na *Fabricação de produtos do refino do Petróleo* (-43,2%, R\$- 640,3 milhões), devido à redução da compra de insumos (diesel) para a fabricação de combustível.

- Destaca-se também o acréscimo da Indústria de Transformação (R\$ +15 milhões), ocasionado principalmente após a implantação pela Sefaz/MA, em maio de 2016, de mecanismos de identificação de empresas que utilizavam artifício nos preços da indústria de bebidas para reduzir ICMS recolhido.

Em se tratando das Receitas e Capital, estas registraram crescimento nas Operações e Crédito (parcelas do empréstimo tomado junto BNDES, R\$ +560,8 mi) e nas Transferências e Capital (Convênio Federal PAC, R\$ +83,2 mi).

As Receitas de Previdenciárias (Receitas de Contribuições e Receitas Intra-Orçamentárias), registraram o montante de R\$ 1.175,4 milhões em 2016 (decréscimo real de 3,5% em relação a 2015).

- Os dados preliminares de janeiro de 2017 apontam para uma redução real da Receita Total em 20,8% (R\$ -287,1 milhões), devido ao recuo conjunto das Transferências Correntes (R\$ -118,5 mi) e das Receitas Tributárias (R\$ 91,3 mi).

Quanto a projeções para o ano de 2017, ainda é cedo para se traçar uma tendência 2017, mas acredita-se em tímido crescimento real das Receitas tributárias (em torno de 1,5%), devido à forte base de comparação do ano de 2016 e, por outro, à elevação da alíquota do ICMS que incide sobre combustíveis, energia elétrica e serviços de telefonia e TV, que deve gerar um incremento em torno de R\$ 205 milhões. No que se refere às Transferências Correntes, acredita-se na estabilidade do seu crescimento real, tendo em vista a projeção de crescimento da economia nacional em torno de 0,5% e da possibilidade de recursos oriundos de novas Repatriações, só que em volume menor que em 2016. Nesse sentido, a Receita Total deve fechar o ano com volume próximo ao de 2016.

3.4.2 Despesas Estaduais

Despesas do Governo do Maranhão alcançam a cifra de 14.111,6 milhões em 2016 e encerram o ano com crescimento real de 1,5%, pressionadas pelas Outras despesas Correntes e pelos gastos com o Serviço da Dívida

A Despesa Total do Governo do Maranhão alcançou a cifra de 14.111,6 milhões em 2016 e encerrou o ano com crescimento real de 1,5% em relação a 2015. As despesas foram pressionadas, principalmente, pela rubrica Outras Despesas Correntes (R\$ +190,3 milhões) e pelos gastos com o serviço da Dívida (R\$+113,5 milhões).

Tabela 26. Despesas por Grupos de Natureza a Valores Constantes²¹ (R\$ Mi) e Cresc. (%) - 2015 a 2017*

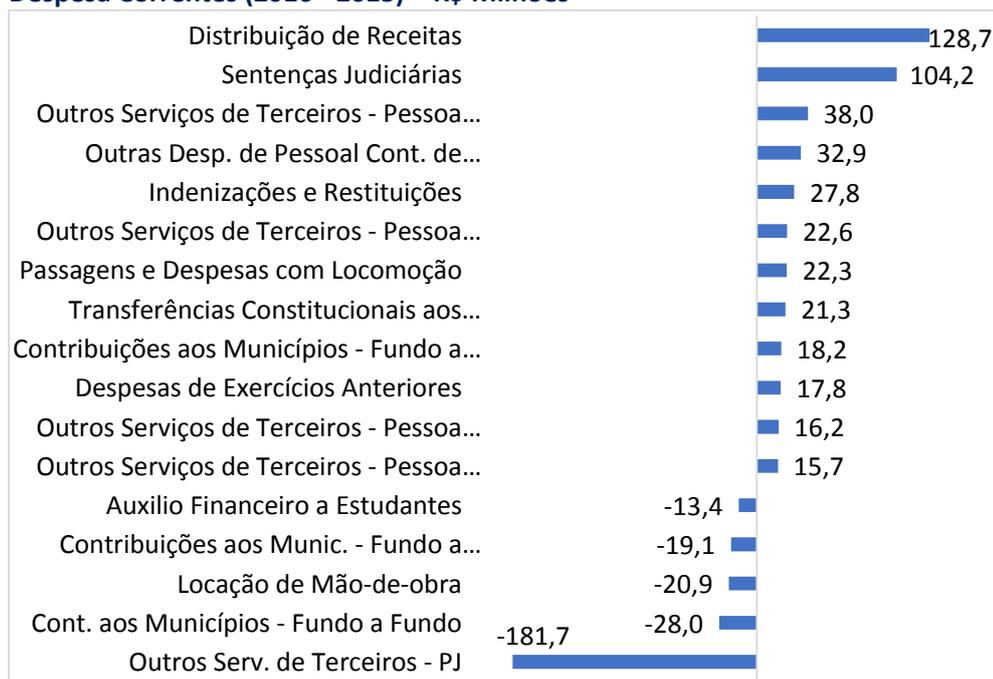
DESCRIÇÃO	2015	2016	2016*	2017*	2016/ 2015	2017* / 2016*	2016- 2015	2017*- 2016*
Total Geral	13.901,7	14.111,6	950,8	821,9	1,5	-13,6	209,9	-128,9
Despesas Correntes	12.445,5	12.478,3	790,7	650,4	0,3	-17,7	32,9	-140,3
Pessoal e Encargos Sociais	6.684,9	6.513,1	437,4	351,1	-2,6	-19,7	-171,8	-86,2
Juros e Encargos da Dívida	388,2	402,6	114,7	82,3	3,7	-28,3	14,4	-32,5
Outras Despesas Correntes	5.372,3	5.562,6	238,6	217,0	3,5	-9,1	190,3	-21,6
Despesas de Capital	1.456,2	1.633,2	160,1	171,6	12,2	7,2	177,0	11,5
Investimentos	987,7	1.054,1	28,0	22,1	6,7	-21,1	66,4	-5,9
Amortização da Dívida	467,4	566,5	132,1	149,4	21,2	13,2	99,1	17,4
Inversões Financeiras	1,1	12,7	0,0	0,0	1.048,2	0,0	11,6	0,0
Serviço da Dívida ¹	855,6	961,1	246,8	231,7	13,3	-6,1	113,5	-15,1

Fonte: SEFAZ/MA 1. Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida *Janeiro, valores liquidados

Em se tratando do Serviço da Dívida, como parte da dívida é indexada ao dólar, a desvalorização cambial influenciou na elevação dessa rubrica. Já o gasto com Pessoal e Encargos Sociais, que é a maior rubrica, registrou um decréscimo real de 2,6% (R\$ -171,8 milhões, mesmo com as contratações realizadas em 2016), que pode ser explicado pelo seu significativo avanço em 2015 (+5,9% em termos reais, o que tornou este ano uma base elevada de comparação) e ao incentivo a aposentadoria em 2016 (a relação Gasto com Pessoal sobre Receita Corrente Líquida será tratada na próxima seção). Os dados preliminares para janeiro de 2017 mostram uma redução nos gastos com Pessoal, quando comparado com janeiro de 2016. Todavia, com a previsão de realização de concurso público em 2017, a expectativa é que haja um incremento por volta de R\$ 115 milhões nessa rubrica.

²¹ Valores reais inflacionados pelo IPCA até Janeiro de 2017

Gráfico 15. Variação absoluta real¹ da rubrica Aplicações Diretas das Outras Despesa Correntes (2016 - 2015) – R\$ Milhões



Nas Outras Despesas Correntes, as rubricas com maiores variações foram Distribuição de Receitas (R\$ +128,7 milhões) e Sentenças Judiciais (R\$ +104,2 milhões) e a maior redução real se deu na rubrica Outros serviços de terceiros (R\$ +181,7 milhões). Os dados preliminares de janeiro de 2017 mostram uma redução nas Outras Despesas Correntes, na comparação com janeiro de 2016.

Fonte: Seplan/MA 1. Valores reais inflacionados pelo IPCA até janeiro de 2017

- Os gastos com Investimento apresentaram um crescimento real de 6,7% em 2016 (R\$ +66,4 milhões), com destaque para a rubrica Obras e Instalações, que representa 76% do Total dos Investimentos (R\$ 797,2 milhões). Para 2017, acredita-se na continuidade da trajetória de crescimento dos Investimentos, devido aos vários investimentos em andamento no Estado (ver seção *Investimentos*).

Em termos gerais, os gastos do Governo tendem a apresentar crescimento real de 1,5% em 2017, devido à previsão de realização de concursos públicos, ao crescimento vegetativo com Pessoal e Encargos e a pressão com pagamento do Serviço da dívida (principalmente com a operação BNDES Estados A e B, e com o Programa Mais Justo e Competitivo- Infraestrutura – CEF). Some-se o montante de investimentos estaduais executados pelo Governo do Estado (que somam R\$1,5 bilhões).

3.4.3 Responsabilidade Fiscal

O Maranhão encerrou 2016 respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal

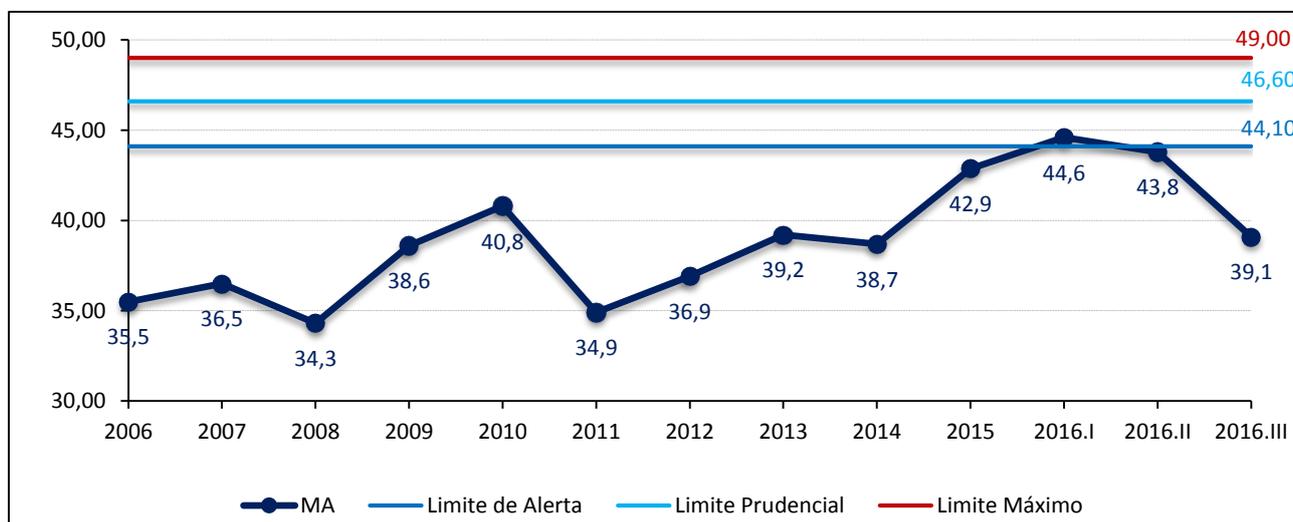
- Essa foi a melhor relação desde 2015, quando a relação DTP/RCL ficou em 42,87%, resultado das contratações e os aumentos salariais feitos durante esse ano, que geraram crescimento de 4,9% nas despesas totais com pessoal do terceiro quadrimestre de 2015 ao primeiro quadrimestre de 2016. Enquanto que as receitas correntes líquidas cresceram num patamar abaixo: 0,84%.

Gráfico 16 Conforme o **Gráfico 16**, essa foi a melhor relação desde 2015, quando a relação DTP/RCL ficou em 42,87%, resultado das contratações e os aumentos salariais feitos durante esse ano, que geraram crescimento de 4,9% nas despesas totais com pessoal do terceiro quadrimestre de 2015 ao primeiro quadrimestre de 2016. Enquanto que as receitas correntes líquidas cresceram num patamar abaixo: 0,84%.

O Maranhão encerrou 2016 com a Relação Despesa Total com Pessoal, em relação à Receita Corrente Líquida (DTP/RCL), em 39,10%. O terceiro quadrimestre de 2016 foi beneficiado pelo baixo crescimento de 0,18% da Despesa Bruta com Pessoal - afetado pela redução de 1,96% dos gastos com Pessoal Ativo e pelo crescimento de 9,13% da Receita Corrente Líquida no período.

- Essa foi a melhor relação desde 2015, quando a relação DTP/RCL ficou em 42,87%, resultado das contratações e os aumentos salariais feitos durante esse ano, que geraram crescimento de 4,9% nas despesas totais com pessoal do terceiro quadrimestre de 2015 ao primeiro quadrimestre de 2016. Enquanto que as receitas correntes líquidas cresceram num patamar abaixo: 0,84%.

Gráfico 16. Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - Maranhão e limites pela LRF - 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/16

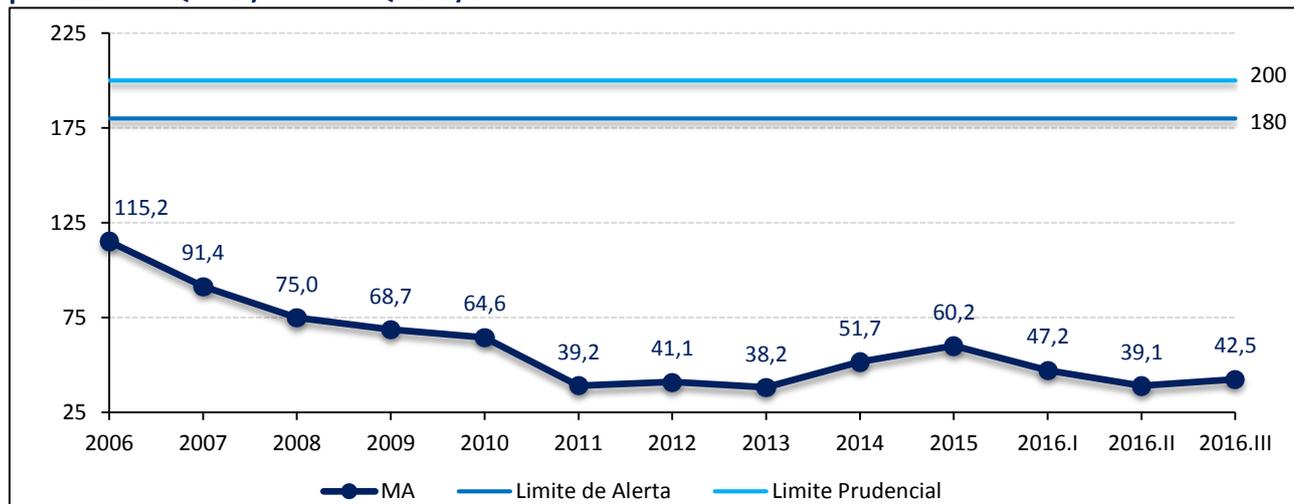


Fonte: STN/SEPLAN-MA

Em relação ao endividamento, segundo o **Gráfico 17** e o **Gráfico 18**, os indicadores da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (DCL/ RCL) mostram que o Maranhão ainda tem espaço fiscal para aumentar seu endividamento por meio de operações de crédito interna ou externas, para financiar investimentos.

- Conforme **Gráfico 18** dentre os Estados que apresentaram prestação de contas para o terceiro quadrimestre de 2016, o Maranhão foi o 11º Estado com menor relação DCL/RCL. Os Estados apresentaram uma média de 70% e o Maranhão apresentou um percentual de 39,10%, valor inferior ao limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nº 40 de 2001, que é de 200% da Receita Corrente Líquida.

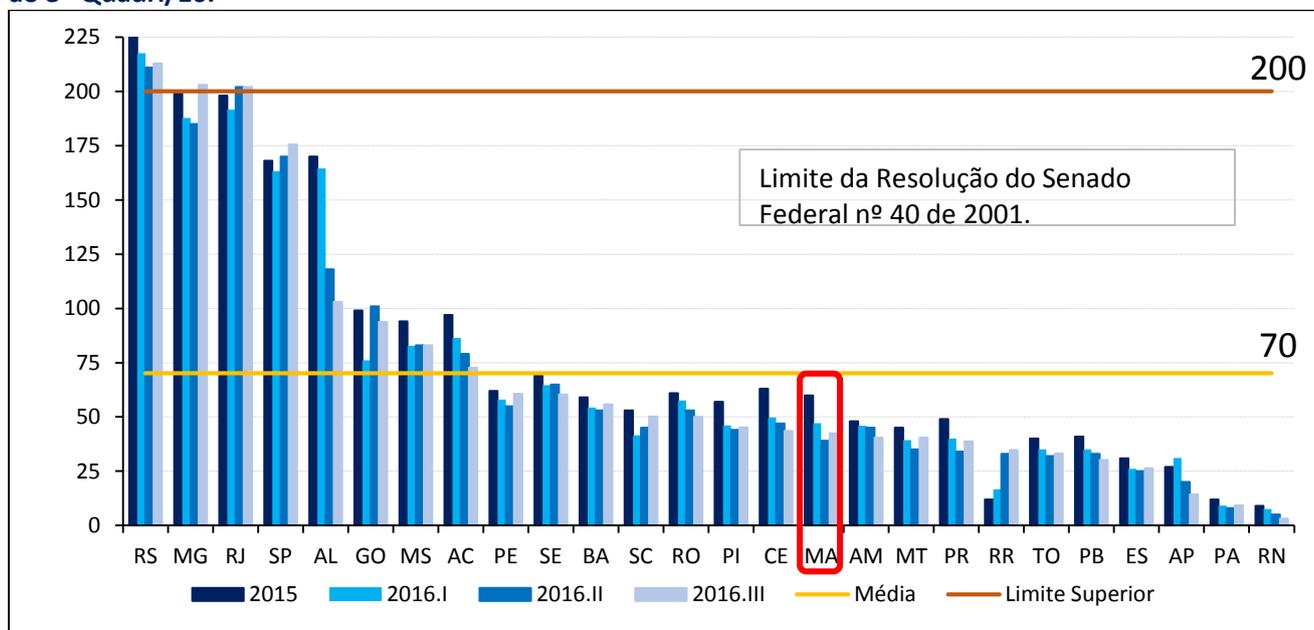
Gráfico 17. Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - Maranhão e limites pela LRF - 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/16



Fonte: STN/SEPLAN-MA

- A relação DCL/RCL fechou 2015 em 60,15%. Neste ano, o Maranhão foi o quinto Estado com a menor relação DCL/RCL do Nordeste, cuja média foi de 65,6%.
- Comparando a situação do Maranhão com outros Estados, o Maranhão está em melhor situação que a maioria deles, inclusive aqueles que sofreram com o aprofundamento da crise, como o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, para falar dos maiores, que enfrentam dificuldades para pagar a folha e descontinuaram uma série de serviços essenciais. Esses Estados sofrem com o crescimento da folha de pagamentos, de ativos, aposentados e pensionistas, e com o custo dos incentivos fiscais.

Gráfico 18. Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - UF's - 3º Quadri/15 ao 3º Quadri/16.²²



Fonte: STN

²² Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul não apresentaram os dados para o terceiro quadrimestre de 2016 até o momento da publicação deste boletim.

A relação acima exposta piorou para alguns Estados como resultado, dentre outras, da queda das transferências federais. O Maranhão adotou a posição de fortalecer a arrecadação de receitas próprias a partir da racionalização dos incentivos fiscais e combate aos desvios tributários. Dessa forma, a queda nas transferências federais foi minimizada por aumento na arrecadação própria do Estado.

Anexo 1. Siglas e Unidades de Medidas

Sigla	Significado
EIA	Administração de Informação de Energia
APU	Administração Pública
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CP	Cadeia Produtiva
DCL	Despesa Corrente Líquida
DTP	Despesa Total com Pessoal
DI	Depósitos Interbancários
FBKF/GFCF	Formação Bruta de Capital Fixo
IMF/FMI	Fundo Monetário Internacional
GNL	Gás Natural Liquefeito
IDH/HDI	Índice de Desenvolvimento humano
IPCA/CPI	Índice de Preços do Consumidor Amplo
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
WEO	Panorama da Economia mundial
PIB/GDP	Produto Interno Bruto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RCL	Receita Corrente Líquida
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública.
SEPAB	Sistema Estadual de Produção e Abastecimento
SISTECS	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
UTE	Usina Termoelétrica
Fundos	
FEP	Fundo Especial do Petróleo
FGS	Fundo Garantidor de Crédito
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUMACOP	Fundo de Combate à Pobreza
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	Programa de Integração Social
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSI	Programa de Sustentação de Investimentos
Impostos	
CIDE	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL	Contribuição Social Sobre Lucro Líquido
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
Institutos, Órgãos e Empresas Brasileiras	
DETRAN-MA	Departamento de Trânsito do Maranhão
BACEN	Banco Central

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Institutos, Órgãos e Empresas brasileiras

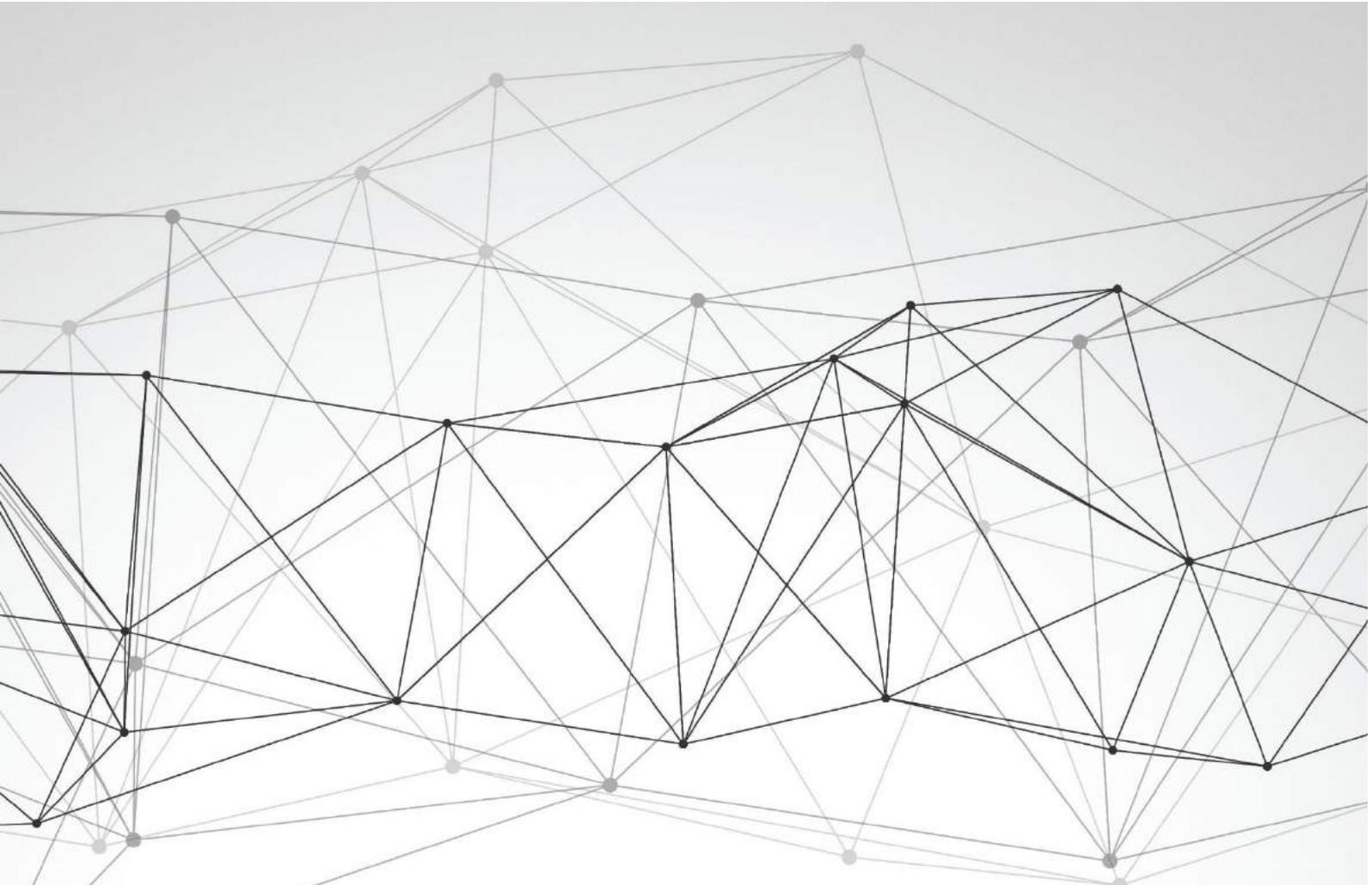
IEMA	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEGEP	Secretaria de Estado da Gestão e Previdência
SEINC	Secretaria da Indústria e Comércio
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

Pesquisas Nacionais

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
GCEA	Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Unidades de Medida

bbl	Barris
bcf/d	Bilhões de pés cúbicos por dia
cif	Custo, Seguros e Fretes
cum	Metros Cúbicos
dmt	Toneladas Secas
f.o.b.	Riscos e custos de transporte são de responsabilidade do comprador
kg	Quilogramas
mb/d	Milhões de Barris por dia
mm ³ /day	Milhões de metros cúbicos por dia
mmbtu	Milhões de Unidades Térmicas Britânicas
mmt	Milhões de Toneladas
mt	Toneladas
MW	Megawatts
toz	Onças Troy
US\$	Dólar Estadunidense



IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS

